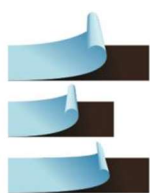




## CADERNO DE ENCARGOS



**ESTARREJA**  
MUNICÍPIO

**Município de Estarreja**  
[www.cm-estarreja.pt](http://www.cm-estarreja.pt)

*Praça Francisco Barbosa*  
*Telefone e Fax: 234 840 600*

*geral@cm-estarreja.pt*  
*aprovisionamento@cm-estarreja.pt*  
**julho de 2025**

## CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

*Aquisição de Serviços – Recolha seletiva porta a porta de Biorresíduos (orgânicos e verdes) no Município de Estarreja – CPub\_S\_005/2025*

## CADERNO DE ENCARGOS

**Aquisição de Serviços - Recolha seletiva porta a porta de Biorresíduos (orgânicos e verdes) no  
Município de Estarreja – CPub\_S\_005/2025**

|  |           |
|--|-----------|
| <b>PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS .....</b>                                    | <b>5</b>  |
| <b>1. DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>   | <b>5</b>  |
| 1.1. Identificação do procedimento.....                                    | 5         |
| 1.2. Objeto .....  | 5         |
| 1.3. Forma e documentos contratuais.....                                   | 6         |
| 1.4. Gestor do Contrato .....  | 7         |
| <b>2. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DO ADJUDICATÁRIO .....</b>                    | <b>8</b>  |
| 2.1. Obrigações principais .....   | 8         |
| 2.2. Vínculo laboral dos trabalhadores afetos à execução do contrato ..... | 10        |
| 2.3. Informações preliminares sobre os locais .....                        | 10        |
| 2.4. Disponibilização de meios .....                                       | 10        |
| 2.5. Verificação e aceitação da prestação de serviços.....                 | 11        |
| 2.6. Conformidade técnica e garantia.....                                  | 11        |
| 2.7. Situações imprevistas não imputáveis ao adjudicatário .....           | 11        |
| 2.8. Responsabilidade .....  | 11        |
| 2.9. Patentes, licenças e marcas registadas .....                          | 12        |
| 2.10. Termos de desempenho ambientais .....                                | 12        |
| <b>3. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SIGILO .....</b>                        | <b>12</b> |
| 3.1. Tratamento de dados.....  | 12        |
| 3.2. Dever de sigilo .....   | 14        |
| <b>4. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DA ENTIDADE ADJUDICANTE.....</b>              | <b>15</b> |
| 4.1. Obrigações da entidade adjudicante .....                              | 15        |
| 4.2. Preço base e preço contratual.....                                    | 16        |
| 4.4. Faturação .....   | 18        |
| 4.5. Condições de Pagamento.....   | 19        |
| 4.6. Atrasos nos pagamentos .....  | 20        |
| <b>5. PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO .....</b>                        | <b>20</b> |
| 5.1. Penalidades contratuais .....   | 20        |

|   |   |           |
|---|---|-----------|
| 5.2.                                      | Casos fortuitos e de força maior.....   | 23        |
| 5.3.                                      | Resolução por parte da entidade adjudicante .....   | 24        |
| 5.4.                                      | Resolução por parte do adjudicatário.....   | 24        |
| 5.5.                                      | Suspensão do contrato.....  | 24        |
| 6.  | CAUÇÃO E SEGUROS.....   | 25        |
| 6.1.                                      | Caução .....  | 25        |
| 6.2.                                      | Seguros.....  | 25        |
| 7.  | RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS .....   | 26        |
| 7.1.                                      | Resolução de litígios e foro competente.....  | 26        |
| 8.  | DISPOSIÇÕES FINAIS .....  | 26        |
| 8.1.                                      | Subcontratação e cessão de posição contratual .....                                       | 26        |
| 8.2.                                      | Responsabilidade .....  | 27        |
| 8.3.                                      | Modificação do contrato.....  | 28        |
| 8.4.                                      | Dever de informação .....   | 28        |
| 8.5.                                      | Reservas .....  | 28        |
| 8.6.                                      | Direção e Fiscalização da Execução do Contrato.....                                       | 29        |
| 8.7.                                      | Comunicações e notificações .....   | 29        |
| 8.8.                                      | Contagem de prazos na fase de formação de contratos .....                                 | 29        |
| 8.9.                                      | Contagem dos prazos na fase de execução de contratos .....                                | 30        |
| 8.10.                                     | Regime contraordenacional.....  | 30        |
| 8.11.                                     | Legislação aplicável .....  | 30        |
| <b>PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS.....</b> |   | <b>31</b> |
| 1.  | ÂMBITO DO PROCEDIMENTO .....  | 31        |
| 1.1                                       | Objeto.....   | 31        |
| 1.2                                       | Prazo de vigência e execução da prestação de serviços .....                               | 31        |
| 1.3                                       | Local da prestação de Serviços.....   | 32        |
| 2.  | RECOLHA E TRANSPORTE DE BIORRESÍDUOS.....   | 32        |
| 2.1.                                      | Serviços a executar pelo Prestador de Serviços.....                                       | 32        |
| 2.2.                                      | Recolha seletiva de biorresíduos porta-a-porta no setor doméstico .....                   | 32        |
| 2.3.                                      | Recolha seletiva de resíduos orgânicos em estabelecimentos de restauração e cantinas..... | 33        |
| 2.4.                                      | Recolha seletiva de resíduos orgânicos em supermercados, mercearias e frutarias.....      | 34        |
| 2.5.                                      | Recolha seletiva de resíduos verdes em cemitérios e floristas .....                       | 35        |
| 3.  | OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO .....  | 36        |
| 4.  | GESTÃO DE RECLAMAÇÕES.....  | 38        |

---

|      |  |    |
|------|--|----|
| 5.   | PLANO DE TRABALHOS .....                       | 39 |
| 5.1. | Meios humanos: .....                           | 39 |
| 5.2. | Meios Mecânicos: .....                         | 39 |
| 5.3. | Plantas: .....                                 | 40 |
| 5.4. | Modificação do plano de trabalhos .....        | 40 |
| 5.5. | Apresentação de relatórios .....               | 40 |
| 5.6. | Relatórios mensais.....                        | 40 |
| 6.   | CONTROLO E FISCALIZAÇÃO .....                  | 41 |
| 7.   | Plano de Higiene e Segurança no Trabalho ..... | 42 |

**ANEXO A** – Modelo de Declaração do cumprimento do disposto no Artigo 419.º-A do CCP

**MAPA I** – 1ª fase de recolha seletiva porta a porta de Biorresíduos

**QUADRO I** - Identificação e localização de Porta a Porta Doméstico

**QUADRO II** – Identificação e localização de estabelecimentos de restauração, Cantinas e Escolas

**QUADRO III** – Identificação e localização de supermercados, mercearias e frutarias

**QUADRO IV** – Identificação e localização de cemitérios e floristas

## PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS

### 1. DISPOSIÇÕES GERAIS

#### 1.1. Identificação do procedimento

1.1.1 Processo sob a referência: CPub\_S\_005/2025

1.1.2 Designação: *Recolha seletiva porta a porta de Biorresíduos (orgânicos e verdes) no Município de Estarreja*

#### 1.2. Objeto

1.2.1 O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar no âmbito do procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição de serviços de **Recolha seletiva porta a porta de Biorresíduos (orgânicos e verdes) no Município de Estarreja** cujas características (numa área geográfica definida) e quantidades constam da Parte II – Cláusulas Técnicas, do presente Caderno de Encargos (doravante designado CE), nos termos do Código dos Contratos Públicos (doravante designado abreviadamente por CCP), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação e demais legislação aplicável.

1.2.2 O objeto de intervenção da presente prestação de serviços contempla as seguintes áreas e estabelecimentos:

- ✓ Recolha e transporte de resíduos orgânicos e verdes, em regime de recolha porta-a-porta no Município de Estarreja para a Estação de transferência de Estarreja e/ou para a Central de Valorização Orgânica da ERSUC de acordo com o quadro I e mapa I;
- ✓ Recolha e transporte de resíduos orgânicos em estabelecimentos de restauração e cantinas no Município de Estarreja para a Estação de transferência de Estarreja e/ou para a Central de Valorização Orgânica da ERSUC de acordo com o quadro II;
- ✓ Recolha e transporte de resíduos orgânicos nos supermercados, mercearias e frutarias no Município de Estarreja para a Estação de transferência de Estarreja e/ou para a Central de Valorização Orgânica da ERSUC de acordo com o quadro III;
- ✓ Recolha e transporte de resíduos verdes nos cemitérios e floristas no Município de Estarreja para a Estação de transferência de Estarreja e/ou para a Central de Valorização Orgânica da ERSUC de acordo com o quadro IV.

1.2.3 Se no decorrer da execução contratual existirem alterações na legislação em vigor sobre a matéria regulada na presente ação, a entidade adjudicatária ficará obrigado a cumprir na íntegra as novas regras, devendo adaptar-se em conformidade, apresentando os estudos eventualmente

necessários e as consequentes propostas, sem que daí decorra qualquer alteração dos custos contratualizados.

1.2.4 A prestação de serviços a contratar no âmbito deste procedimento/contrato engloba os serviços identificados no ponto anterior, sendo que as quantidades anuais **estimadas** (valor a ser entendido como meramente indicativo), dada a ausência de histórico de recolha de biorresíduos, não é possível estimar a quantidade exata a recolher, são as seguintes consoante a sua natureza.

| Designação  | Quantidades Estimadas p/<br>Ano 2025  |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"><li>Recolha e transporte de resíduos orgânicos e verdes; em regime de recolha porta-a-porta no Município de Estarreja para a Estação de transferência de Estarreja e/ou para a Central de Valorização Orgânica da ERSUC de acordo com o quadro I e mapa I;</li><li>Recolha e transporte de resíduos orgânicos em estabelecimentos de restauração e cantinas no Município de Estarreja para a Estação de transferência de Estarreja e/ou para a Central de Valorização Orgânica da ERSUC de acordo com o quadro II;</li><li>Recolha e transporte de resíduos orgânicos nos supermercados, mercearias e frutarias no Município de Estarreja para a Estação de transferência de Estarreja e/ou para a Central de Valorização Orgânica da ERSUC de acordo com o quadro III;</li><li>Recolha e transporte de resíduos verdes nos cemitérios e floristas no Município de Estarreja para a Estação de transferência de Estarreja e/ou para a Central de Valorização Orgânica da ERSUC de acordo com o quadro IV.</li></ul> | <p>Setor Doméstico - 342 toneladas</p> <p>Setor Não Doméstico – 279 toneladas</p> |

1.2.5 As quantidades referidas no quadro anterior são **meramente estimativas/indicativas**, dada a ausência de histórico de recolha de biorresíduos, não é possível estimar a quantidade exata a recolher.

1.2.6 A presente aquisição de bens, objeto do presente Procedimento, tem a referência de CPV (Classificação Estatística de Produtos por Atividade), é a seguinte:

Vocabulário principal\_90511100-3 – **Serviços de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos**

### 1.3. Forma e documentos contratuais

1.3.1 O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

1.3.2 O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros das omissões do CE identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao CE;
- c) O CE;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada dados pelo prestador de serviços.
- f) O gestor do contrato em nome das entidades adjudicantes, *[conforme o disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º, conjugado com o disposto no artigo 290.º-A, ambos do CCP]*;
- g) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.

1.3.3 Em caso de existirem divergências entre os vários documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

1.3.4 Em caso de divergência entre os documentos referidos em 1.3.2. e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo, quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

1.3.5 Quando a redução do contrato a escrito não tenha sido exigida ou tenha sido dispensada nos termos do disposto no artigo 95.º do CCP, entende -se que o contrato resulta da conjugação do caderno de encargos com o conteúdo da proposta adjudicada.

1.3.6 Além dos documentos indicados em 1.3.2., o adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

#### **1.4. Gestor do Contrato**

1.4.1 Cada uma das partes obriga-se a nomear um representante responsável pelo acompanhamento da execução do contrato e que desempenhe o papel de interlocutor com a parte contrária para todos os fins associados à execução do contrato.

1.4.2 A entidade adjudicante designará um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, verificando o cumprimento das obrigações contratuais das partes, nos termos do disposto nos artigos 290.º-A do CCP.

1.4.3 A indicação do gestor do contrato, em nome da entidade adjudicante deve constar do clausulado do contrato, nos termos do disposto na alínea i), do n.º 1, do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.

1.4.4 Sempre que o contrato não seja reduzido a escrito, é dado conhecimento da identificação do Gestor de Contrato e respetivos contactos através de notificação, por escrito, referente a requisição / nota de encomenda / pedido de a remeter ao Adjudicatário.

1.4.5 A entidade adjudicatária deverá, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da celebração do contrato, deverá informar, por escrito, à entidade adjudicante, da pessoa e respetiva categoria que o representará.

## **2. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DO ADJUDICATÁRIO**

### **2.1. Obrigações principais**

2.1.1 O adjudicatário obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e recorrendo a todos os meios humanos, materiais e tecnológicos necessários e adequados para a execução dos mesmos, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

2.1.2 Para além das previstas no CCP, constituem obrigações do adjudicatário, sem prejuízo de outras previstas na legislação aplicável e nas peças do procedimento:

- Prestar os serviços em perfeitas condições e para os fins a que se destinam, dentro dos prazos definidos no presente Caderno de Encargos e conforme as condições aí estipuladas, bem como nos demais documentos contratuais;
- Manter atualizados os documentos de habilitação que estão obrigados a apresentar por força do artigo 81.º do CCP;
- Comunicar à entidade adjudicante o(s) facto(s) que torne(m) total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer uma das suas obrigações nos termos do contrato a celebrar, logo que deles tenha conhecimento;
- Prestar de forma correta fidedigna as informações referentes às condições da prestação de serviços e demais esclarecimentos que se justifiquem, não apresentando propostas condicionadas ou que possam ter custos indiretos futuros relacionados com condições que não se encontrem previstas no presente procedimento contratual;
- Comunicar à entidade adjudicante qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato a celebrar por via do presente procedimento e que, altere, designadamente a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a execução do contrato. A sua situação jurídica ou a sua situação comercial;
- Disponibilizar á entidade adjudicante toda a informação relevante para a gestão do contrato a celebrar por via do presente procedimento, designadamente qualquer relatório especialmente previsto no presente CE;

- Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato a celebrar;
- Não alterar as condições da prestação de serviços, fora dos casos previstos nas peças do procedimento;
- Cumprimento das disposições regulamentares em vigor sobre a segurança, higiene e saúde no trabalho, acidentes de trabalho e medicina no trabalho, relativamente a todo o seu pessoal, sendo da sua responsabilidade os encargos que daí advenham;
- É igualmente da sua responsabilidade assegurar os requisitos para a prevenção da higiene, saúde e segurança no trabalho;
- A responsabilidade por atos danosos praticados por negligência ou culpa do pessoal e/ou equipamentos ao seu serviço, ficando o adjudicatário obrigado á reposição da situação inicial, à reparação ou à indemnização pelos danos provocados, consoante o caso;
- Cooperar com o Contraente Público, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:
  - i. Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Prestador de Serviços em representação do Contraente Público;
  - ii. Quando o Contraente Público deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

2.1.3 Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no CE ou cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem ainda para o adjudicatário as obrigações principais, inerentes ao desempenho das seguintes funções/especificações técnicas, constantes da **PARTE II – Cláusulas Técnicas**.

2.1.4 A entidade adjudicatária responde ainda perante a entidade adjudicante pelos danos causados pelos atos e omissões de terceiros, por si empregues na execução das obrigações emergentes do contrato, como se tais atos ou omissões fossem praticados por aquela.

2.1.5 A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

2.1.6 Respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

2.1.7 Garantir condições de segurança e saúde do trabalho a todos os seus colaboradores, cumprindo a legislação aplicável nesta matéria, nomeadamente evidenciando a identificação de

perigos e avaliação de riscos dos trabalhadores que exercem funções na Autarquia, e as respetivas apólices de seguros de acidentes de trabalho.

2.1.8 O adjudicatário deverá acautelar a possibilidade de vir a adotar, em sede de execução de contrato, planos de contingência para fazer face a situações de contenção de epidemias, quer de modo preventivo, quer em situação declarada, quer em fase de reposição da normalidade, sem prejuízo das regras aplicáveis aos casos de força maior constantes do presente caderno de encargos.

## **2.2. Vínculo laboral dos trabalhadores afetos à execução do contrato**

2.2.1 O adjudicatário obriga-se a afetar à execução da prestação de serviços objeto do contrato, trabalhadores em regime de trabalho sem termo, podendo afetar trabalhadores em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período de tempo não inferior ao prazo de vigência definido no ponto 1.2 da Parte II deste Caderno de Encargos, em cumprimento do disposto do n.º 2 do artigo 419.º-A do CCP, aplicável pela remissão do n.º 2 do artigo 451.º do CCP, cujo incumprimento constitui contraordenação muito grave nos termos da alínea f) do artigo 456.º também do CCP.

2.2.2 Nos termos dos n.os 3 e 4 do artigo 419.º-A do CCP, o disposto no número anterior não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho, nem aqueles que executam tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução do contrato.

2.2.3 O adjudicatário, no ato de assinatura do contrato, deve entregar, um documento elaborado nos termos do **Anexo A**, ao presente Caderno de Encargos.

## **2.3. Informações preliminares sobre os locais**

Independentemente das informações contidas no presente caderno de encargos, entende-se que o prestador de serviços se inteirou, em cada local, das condições da realização do objeto do contrato, pelo que não serão admitidas quaisquer reclamações baseadas no desconhecimento e na falta de previsão do volume e natureza dos trabalhos a executar.

## **2.4. Disponibilização de meios**

2.4.1 Constitui obrigação do prestador de serviços proceder à avaliação prévia dos termos, duração e complexidade da prestação de serviços a contratar e afetar os meios humanos e técnicos, em número e qualificação técnica adequada, por forma a dar pontual cumprimento às obrigações assumidas no contrato.

2.4.2 O prestador de serviços reforçará, sem direito a qualquer contrapartida, os meios humanos e/ou materiais afetos à prestação de serviços caso, no curso dos serviços, se torne evidente a impossibilidade de cumprimento tempestivo das obrigações assumidas com o plano de mobilização em curso.

## **2.5. Verificação e aceitação da prestação de serviços**

2.5.1 Executados os serviços e fornecimentos, objeto do presente CE, a entidade adjudicante, caso considere necessário, poderá, por si ou através de terceiro por ele designado, proceder à verificação qualitativa e quantitativa da conformidade das prestações, objeto do presente CE, designadamente, se as mesmas correspondem aos requisitos técnicos e operacionais, e, às características e especificações, definidas nas cláusulas deste Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2.5.2 O prestador de serviços deverá facultar a este Município todos os meios necessários à verificação da qualidade e eficiência do resultado do serviço efetuado, obrigando-se a, dentro dos prazos que lhe forem marcados na respetiva notificação, substituir ou recondicionar todo o material e/ou refazer todo o trabalho que, com base nos pareceres técnicos, não forem considerados dentro das características requeridas.

2.5.3 Na verificação a que se refere o número anterior, o adjudicatário deve prestar, à entidade adjudicante ou seu representante, toda a cooperação e todos os esclarecimentos técnicos necessários, e **deve ser expressa na respetiva fatura a validação da conformidade da referida prestação de serviços**, devidamente assinada pelo representante da entidade adjudicante.

## **2.6. Conformidade técnica e garantia**

A entidade adjudicatária fica sujeita, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à entidade adjudicante em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do prestador de serviços e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de serviços, nos termos do CCP e demais legislação aplicável.

## **2.7. Situações imprevistas não imputáveis ao adjudicatário**

Qualquer situação imprevista, e não imputável ao adjudicatário, que obste ao regular andamento do fornecimento, deve ser de imediato comunicada aos serviços competentes. A estes caberá dar resposta e decidir o procedimento a adotar para retomar a execução normal do fornecimento.

## **2.8. Responsabilidade**

2.8.1 O adjudicatário assume integral responsabilidade pelo fornecimento contratado, sendo o único responsável perante a entidade adjudicante, pela boa execução e cumprimento do mesmo.

2.8.2 O adjudicatário responde por quaisquer erros, deficiências ou omissões no fornecimento, qualquer que seja a sua origem e qualquer que seja o momento em que forem detetados, salvo se provar que os mesmos decorreram de dados fornecidos, por escrito, pela entidade adjudicante.

2.8.3 Em qualquer altura e logo que solicitado pela entidade adjudicante, o adjudicatário obriga-se a corrigir os erros, as deficiências ou omissões no prazo razoável que lhe vier a ser fixada, sob pena de aquela mandar executá-los a terceiros, por conta do adjudicatário, sempre que a responsabilidade dos mesmos lhe seja imputável.

2.8.4 As ações de supervisão e controlo da entidade adjudicante em nada alteram ou diminuem a responsabilidade do adjudicatário no que se refere ao fornecimento.

## **2.9. Patentes, licenças e marcas registadas**

2.9.1 Os contraentes garantem que respeitam as normas relativas à propriedade intelectual e industrial, designadamente, direitos de autor, licenças, patentes e marcas registadas, relacionadas com o hardware, software e documentação técnica que utilizam no desenvolvimento da sua atividade.

2.9.2 O Município de Estarreja não assume qualquer responsabilidade por infrações cometidas pelo prestador dos serviços, no âmbito da execução do contrato, relativamente a direitos de propriedade intelectual e industrial, relacionados com o hardware, software e documentação técnica por este utilizado, cujos direitos e autorizações legais para o efeito devam por ele ser assegurados.

2.9.3 São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

2.9.4 Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

## **2.10. Termos de desempenho ambientais**

2.10.1 O adjudicatário deve garantir as melhores práticas ambientais por forma a incluir as medidas necessárias a fim de assegurar a proteção do ar, da água, do solo, e de prevenir ou reduzir a poluição sonora, a produção de resíduos e o consumo energético, com o objetivo de alcançar um nível elevado de proteção do ambiente e minimizar os impactos ambientais.

2.10.2 O adjudicatário deve igualmente garantir o correto encaminhamento dos eventuais resíduos produzidos no decorrer da execução do contrato, respeitando as boas práticas ambientais previstas na legislação em vigor.

## **3. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SIGILO**

### **3.1. Tratamento de dados**

3.1.1 O adjudicatário compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, e demais

legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a execução do contrato, assim como após o termo da vigência do período de execução contratual, nos seguintes termos:

- a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
- b) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
- c) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a entidade adjudicante esteja especialmente vinculada;
- d) Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da entidade adjudicante, nomeadamente contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
- e) Prestar à entidade adjudicante toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato;
- f) Manter a entidade adjudicante informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
- g) Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao Prestador de Serviços, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o Prestador de Serviços e o referido colaborador;
- h) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- i) Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou, por qualquer outra forma, colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por este ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;
- j) Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais e implementar um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;
- k) Prestar a assistência necessária à entidade adjudicante no sentido de permitir que este

cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso, retificação, oposição, apagamento, limitação e portabilidade dos seus dados pessoais;

- l) Garantir a eficácia de mecanismo de notificação efetivo em caso de violação de dados pessoais para efeitos do cumprimento do previsto no artigo 33º do RGPD.

3.1.2 O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento de dados pessoais, por parte do mesmo e/ou dos seus trabalhadores, colaboradores, prestadores de serviços ou adjudicatários, em violação das normas legais aplicáveis.

3.1.3 Os dados pessoais a tratar no âmbito do contrato são os previstos no n.º 1 do artigo 4º do RGPD.

3.1.4 O tratamento de dados pessoais a realizar pelo adjudicatário é efetuado de acordo com as instruções do responsável pelo tratamento de dados, ou seja, a entidade adjudicante.

3.1.5 Para os devidos efeitos, informa-se que os dados de identificação e contacto do Encarregado de Proteção de Dados da entidade adjudicante poderão ser consultados no sítio oficial do Município, através do endereço: [https://www.cm-estarreja.pt/encarregado\\_de\\_protecao\\_de\\_dados](https://www.cm-estarreja.pt/encarregado_de_protecao_de_dados).

### **3.2. Dever de sigilo**

3.2.1 O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

3.2.2 O prestador deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança, devidos às pessoas coletivas.

3.2.3 O adjudicatário obriga-se ainda, durante a vigência do contrato e após a sua cessação, a respeitar a confidencialidade sobre todos os dados pessoais e quaisquer elementos ou informações que tenham sido confiados pela contraparte ou de que tenham tido conhecimento por força do presente contrato, na estrita observância das instruções emitidas pelo ME e da legislação aplicável.

3.2.4 A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3.2.5 Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou

que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

3.2.6 Sempre que a relação contratual implique a subcontratação, deve ser garantido, pelo cocontratante, sucessivamente, que terceiros que envolva na execução do contrato, respeitem as obrigações de sigilo e confidencialidade, bem como as relativas à proteção jurídica de bases de dados e ao tratamento de dados pessoais, nos termos legalmente previstos na legislação relativa à proteção de dados pessoais, designadamente as constantes do art.º 28.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

3.2.7 Cada Parte tomará as providências adequadas para evitar que o sigilo referido no ponto 3.1 do presente CE seja quebrado pelos seus empregados, consultores ou agentes que, por força das suas funções, devam ter conhecimento do Contrato e dos factos relacionados com a respetiva execução.

3.2.8 Cessa a obrigação de sigilo quando haja autorização escrita da outra Parte, quando a informação seja exigida por lei ou por competente autoridade pública e quando se destine a entidades que venham a financiar projetos ligados ao presente procedimento, comprometendo-se cada uma das Partes, neste último caso, a impor regras de confidencialidade a essas entidades financiadoras que assegurem, no mínimo, um grau de confidencialidade idêntico ao estipulado neste Contrato.

3.2.9 As obrigações previstas na presente cláusula são aplicáveis no caso de cessão da posição contratual.

#### **4. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DA ENTIDADE ADJUDICANTE**

##### **4.1. Obrigações da entidade adjudicante**

4.1.1 Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente CE ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para a entidade adjudicante, as seguintes obrigações principais:

- a) Monitorizar o desempenho no que respeita ao cumprimento das condições estipulados para a execução do contrato;
- b) Efetuar o controlo de qualidade dos serviços, designadamente no que respeita ao cumprimento das características funcionais, de interface e de segurança, contratadas;
- c) Ceder toda a informação necessária à execução dos serviços objeto de contrato e em tempo útil;
- d) Comunicar ao adjudicatário, por qualquer meio escrito, em tempo útil, qualquer discordância quanto aos serviços prestados, valores faturados e os respetivos fundamentos;

- e) Garantir ao adjudicatário os meios de acesso às suas instalações para a adequada prestação de serviços, de acordo com os procedimentos instituídos de circulação de pessoas e bens;
- f) Durante a vigência do contrato, a entidade adjudicante reserva-se o direito de proceder à inspeção dos equipamentos, materiais, viaturas, sempre que o entenda conveniente, podendo, caso se justifique, mandar suspender e/ou substituir a utilização de qualquer produto ou equipamento;
- g) Avaliar o desempenho da prestação através de indicadores quantitativos, qualitativos e impactos esperados, que traduzam o resultado global dos serviços prestados, de acordo com os indicadores de qualidade de serviços de gestão de Resíduos Urbanos prestados aos utilizadores de cada Município (indicadores ERSAR);
- h) Aplicação as devidas sanções contratuais em caso de incumprimento, quando aplicável.

#### **4.2. Preço base e preço contratual**

4.2.1 Para efeitos do n.º 3 do artigo 47.º do CCP, o preço base foi determinado com base numa Consulta Preliminar efetuada ao mercado [Consulta Preliminar nº 004/DAS/2024, efetuada a coberto do n/ ofício ref.ª 7434 datado de 29 de novembro de 2024], de acordo com o artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos. Toda a informação relevante resultante da consulta preliminar, caso seja solicitada, será divulgada aos futuros concorrentes do procedimento, aquando da disponibilização das propostas, salvo se os documentos forem classificados como confidenciais.

4.2.2 O preço unitário base para o presente concurso público é de **260,00€** (duzentos e sessenta euros), **por tonelada**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

4.2.3 Deverá ser apresentada uma proposta de preço global para a prestação de serviços em causa, preenchendo para o efeito uma Lista de Preços Unitários, segundo modelo disponibilizado em ficheiro Excel, em anexo ao **Programa do Procedimento**.

4.2.4 Pela prestação dos serviços, objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente CE, a entidade adjudicante dispõe-se a pagar ao Prestador de Serviços o **preço unitário constante da proposta adjudicada**, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, sendo que o preço unitário multiplicado pelas quantidades estimadas, para o período inicial de vigência do contrato (36 meses) estima-se em **484.380,00€** (quatrocentos e oitenta e quatro mil trezentos e oitenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido:

4.2.5 Os parâmetros base a que as propostas se encontram vinculadas, correspondendo a um preço unitário para as quantidades estimadas, expressa em toneladas, são os seguintes:

| Designação  | Quantidade<br>Anual –<br>estimada | Preço Unitário<br>base por tonelada<br>recolhida (s/IVA) |
|---|-----------------------------------|--|
| Recolha e transporte de resíduos orgânicos e verdes; em regime de recolha porta-a-porta no Município de Estarreja para a Estação de transferência de Estarreja e/ou para a Central de Valorização Orgânica da ERSUC de acordo com o quadro I e mapa I | 342 toneladas                     | 260,00€/tonelada   |
| Recolha e transporte de resíduos orgânicos em estabelecimentos de restauração e cantinas no Município de Estarreja para a Estação de transferência de Estarreja e/ou para a Central de Valorização Orgânica da ERSUC de acordo com o quadro II        |                                   |  |
| Recolha e transporte de resíduos orgânicos nos supermercados, mercearias e frutarias no Município de Estarreja para a Estação de transferência de Estarreja e/ou para a Central de Valorização Orgânica da ERSUC de acordo com o quadro III           | 279 toneladas                     | 260,00€/tonelada   |
| Recolha e transporte de resíduos verdes nos cemitérios e floristas no Município de Estarreja para a Estação de transferência de Estarreja e/ou para a Central de Valorização Orgânica da ERSUC de acordo com o quadro IV                              |                                   |  |

4.2.6 As quantidades referidas no quadro anterior são **meramente estimativas/indicativas**, dada a ausência de histórico de recolha de biorresíduos, não é possível estimar a quantidade exata a recolher.

4.2.7 De atender, que preço base referente à prestação de serviços que constituem o seu objeto, e para os efeitos decorrentes do disposto no artigo 47.º do CCP, é o **valor máximo estimado** para a prestação de **serviços efetivamente prestados**, sendo que só será pago o valor correspondente ao serviço efetivamente prestado, expresso em toneladas.

4.2.8 O preço unitário por tonelada da proposta adjudicada não poderá ser superior ao preço unitário máximo fixado no presente CE, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, sendo que, nos termos da alínea d), n.º 2, artigo 70.º do CCP, são excluídas as propostas cujos preços unitários sejam superiores ao preço unitário base referido no n.º 4.2.2, deste CE

4.2.9 O adjudicatário fica obrigado a garantir e manter as suas condições propostas, nomeadamente, os preços, prazos de execução, condições de pagamento e demais condições apresentadas para a aquisição de bens, objeto do concurso, até final do contrato.

4.2.10 O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, *[incluindo as*

*despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças].*

4.2.11 Todos os encargos derivados da apresentação da proposta, assinatura do contrato, prestação de garantias são igualmente da conta do adjudicatário.

#### **4.3. Atualização/Revisão de preços**

4.3.1 O preço será atualizado anualmente, no mês de janeiro e a pedido, por escrito, do Prestador de Serviços, por aplicação do IPC - Índice de Preços ao Consumidor (taxa de variação média anual), para Portugal Continental, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, ao ano a que a atualização diz respeito.

4.3.2 O adjudicatário deverá apresentar os cálculos discriminados da respetiva revisão de preços.

4.3.3 Só há lugar a revisão de preços quando a variação, para mais ou para menos, do coeficiente de atualização for igual ou superior a 1% em relação à unidade.

#### **4.4. Faturação**

4.4.1 As faturas a apresentar pelo adjudicatário à entidade adjudicante devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada, devendo incluir os elementos referidos no artigo 36.º do Código do IVA, e emitidas em nome do Município do Estarreja NIF: 501 190 082.

4.4.2 A faturação deverá ser mensal, sendo que as faturas deverão ser emitidas no final do mês a que respeitam e com a discriminação da totalidade dos serviços (**valor correspondente ao serviço prestado na respetiva área territorial**) correspondendo à prestação de serviços do mês anterior, devendo estas serem acompanhadas pelos talões de pesagem semanais.

4.4.3 O Prestador de Serviços obriga-se a **pesar os Biorresíduos recolhidos e disponibilizar original dos talões de pesagem** às entidades adjudicantes, para além do mapa das pesagens efetuadas durante cada um dos dias da semana, os quais deverão acompanhar a fatura.

4.4.4 As faturas devem ser emitidas em nome do **Município do Estarreja, NIF: 501 190 082**, sito na Praça Francisco Barbosa, 3864-001 ESTARREJA – Divisão Económica e Financeira/Subunidade de Aprovisionamento e Contratação Pública, com referência aos documentos que lhes deram origem, isto é, devem especificar o número do compromisso, válido e previamente comunicado, sendo que, a falta deste, ou a sua incorreção, obstará ao correto registo e subsequente tramitação da fatura, implicando assim a sua devolução (n.º 1 e 2, artigo 9.º da LCPA) e o inerente diferimento do seu pagamento.

4.4.5 As faturas, em conformidade com o disposto no CCP e nos termos do Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, e subseqüentes alterações, apenas podem ser enviadas eletronicamente:

|  |                        |   |
|--|------------------------|---|
| <b>Até 31-12-2025</b>  | Faturas em formato PDF | Através de correio eletrónico<br><a href="mailto:faturacao@cm-estarreja.pt">faturacao@cm-estarreja.pt</a> |
|  | Faturação eletrónica   | Através solução EDI, via plataforma<br>ilink (www.ilink.pt)   |
| <b>A partir de 01-01-2026<br/>(*)</b>                                | Faturação eletrónica   | Através solução EDI, via plataforma<br>ilink (www.ilink.pt)   |
| (*) A partir desta data deixam de ser aceites faturas em formato PDF |                        |   |

4.4.6 A mesma fatura nunca deverá ser enviada por mais do que um dos meios acima descritos, sob pena da duplicação da tramitação com eventuais reflexos no respetivo processo tendente à conferência e pagamento.

4.4.7 A entidade competente para prestar algum esclarecimento adicional sobre esta matéria é a ACIN-iCloud Solutions, Lda., à data, empresa responsável pela solução adotada pelo Município para receção e tratamento de faturas eletrónicas, sendo disponibilizada a informação técnica que se revele necessária, e podendo o adjudicatário esclarecer as suas dúvidas através do email [apoio@ilink.pt](mailto:apoio@ilink.pt) e/ou pelo telefone 707 451 451, opção 5.

4.4.8 As faturas que foram apresentadas com inobservância do estipulado nos pontos anteriores serão devolvidas ao adjudicatário.

4.4.9 A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pela entidade adjudicante não será objeto de cobrança adicional.

#### **4.5. Condições de Pagamento**

4.5.1 As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos do disposto nos pontos anteriores, devem ser pagas no prazo de **60** (sessenta) **dias**, após a receção pela entidade adjudicante das respetivas faturas mensais, com a discriminação da totalidade dos serviços objeto do contrato efetivamente executados no mês anterior, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e conferência, por parte do respetivo Serviço Requisitante.

4.5.2 Para os efeitos do disposto no número anterior, a obrigação considerar-se-á vencida com o cumprimento das obrigações estipuladas no presente CE e, de acordo com a Requisição Externa Contabilística (doravante designada por REC), enviados por via eletrónica.

4.5.3 As faturas regularmente emitidas e aceites serão pagas através de transferência bancária, devendo o fornecedor enviar junto com a fatura o NIB/IBAN respetivo.

4.5.4 Caso se verifiquem erros, as mesmas serão rejeitadas e devolvidas ao adjudicatário para respetiva correção e nova emissão, iniciando-se novamente o prazo de pagamento referido no número anterior.

4.5.5 Caso se verifique ocorrência de incorreções ou omissões de dados nas faturas emitidas aos acertos de faturação, são aplicáveis os seguintes procedimentos:

- a) Se o valor apurado for a favor da entidade adjudicante, o acerto de faturação deve ser efetuado por compensação de crédito na própria fatura que tem por objeto o acerto;

- b) Se o valor apurado for a favor do adjudicatário, o adjudicatário enviará à entidade adjudicante uma nota de débito/fatura separada referente apenas ao objeto do acerto de faturação.

4.5.6 Sem prejuízo da aplicação de outras penalidades ou sanções previstas no presente Caderno de Encargos ou determinadas por lei, o cumprimento defeituoso da prestação de serviços terá um efeito suspensivo sobre a faturação e sobre o pagamento até à total regularização da situação.

4.5.7 Não poderão ser propostos adiantamentos por conta dos serviços a prestar.

#### **4.6. Atrasos nos pagamentos**

4.6.1 Qualquer atraso no pagamento das faturas referidas na cláusula anterior não autoriza o adjudicatário a invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe incumbem por força do Contrato, salvo nos casos previstos no artigo 327.º do CCP.

4.6.2 O atraso em um ou mais pagamentos não determina o vencimento das restantes obrigações de pagamento.

### **5. PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO**

#### **5.1. Penalidades contratuais**

5.1.1 O prestador de serviços deverá cumprir obrigatoriamente o contrato com estrita sujeição do presente CE.

5.1.2 À entidade adjudicante assiste o direito de impor ao prestador de serviços sanções nos casos de não cumprimento ou cumprimento defeituoso das condições contratuais, programa de procedimento e caderno de encargos.

5.1.3 No caso de mora no cumprimento ou cumprimento defeituoso da prestação de serviços contratados por parte do prestador de serviços, poderá a entidade adjudicante interpelar o prestador de serviços/entidade adjudicatária para cumprir das tarefas contratadas, quando tal ainda for possível e se mantenha o interesse do credor na prestação de serviços, devendo nesse caso o prestador de serviços dar-lhe cumprimento imediato, bem como suportar os danos que as entidades adjudicantes sofram na sequência de tais atos.

5.1.4 Pelo incumprimento de obrigações emergentes do presente Caderno de Encargos e Contrato, confere ao Município de Estarreja o direito de ser indemnizado através da aplicação de sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos dos pontos seguintes:

- a) A não execução de recolha seletiva de biorresíduos porta-a-porta no setor doméstico e transporte dos resíduos em incumprimento pelo ponto 2.2, da Parte II – Cláusulas Técnicas

do presente o CE, implica a aplicação de uma penalização correspondente a 500 € (quinhentos euros) por cada 10 baldes ou contentores. Caso o incumprimento ou o cumprimento defeituoso não seja corrigido no período de 24 (vinte e quatro) horas o valor diário da penalização aplicável será multiplicado por 2 (dois);

- b) A não execução de recolha seletiva de resíduos orgânicos em estabelecimentos de restauração e cantinas, supermercados, mercearias e frutarias, no setor não doméstico, e transporte dos resíduos em incumprimento pelos pontos 2.3, 2.4 da Parte II – Cláusulas Técnicas do presente o CE, implica a aplicação de uma penalização correspondente a 500 € (quinhentos euros) por contentor e no horário definido neste CE. Caso o incumprimento ou o cumprimento defeituoso não seja corrigido no período de 24 (vinte e quatro) horas o valor diário da penalização aplicável será multiplicado por 2 (dois);
- c) A não execução de recolha seletiva de resíduos verdes em cemitérios e floristas, no setor não doméstico, e transporte dos resíduos em incumprimento pelo ponto 2.5 da Parte II – Cláusulas Técnicas do presente o CE, implica a aplicação de uma penalização correspondente a 500 € (quinhentos euros) por contentor e no horário definido neste CE. Caso o incumprimento ou o cumprimento defeituoso não seja corrigido no período de 24 (vinte e quatro) horas o valor diário da penalização aplicável será multiplicado por 2 (dois);
- d) A não execução da lavagem e desinfeção imediatas do local e dado conhecimento à entidade adjudicante, em caso de derrame de lixiviados provenientes da recolha de resíduos orgânicos, em incumprimento com o n.º 2.2.13 do ponto 2.2, n.º 2.3.7 do ponto 2.3 e do n.º 2.4.7 do ponto 2.4, da Parte II – Cláusulas Técnicas do presente o CE, implica a aplicação de uma penalização de 500 € (quinhentos euros) por dia, até que a situação se encontre regularizada. Caso o incumprimento ou o cumprimento defeituoso não seja corrigido no período de 24 (vinte e quatro) horas o valor da penalização aplicável será multiplicado por 2 (dois);
- e) A ausência de cantoneiro no respetivo camião, implica aplicação de uma penalização de 1.000 € (mil euros) por cada cantoneiro em falta, por dia;
- f) A não apresentação pelo prestador de serviços de quaisquer planeamentos, após exigidos pelo serviço técnico municipal, ou previstos no presente CE, dentro do prazo estipulado, implica a aplicação de uma penalização pecuniária correspondente a 500 € (quinhentos euros) por cada dia de atraso;
- g) A não apresentação pelo prestador de serviços, dentro do prazo estipulado no presente CE, de quaisquer estudos, planos registos, projetos, relatórios, informações para a ERSAR e aplicação informática, exigidos pela entidade adjudicante, implica a aplicação de uma penalização correspondente a 100€ (cem euros) por cada dia de atraso;
- h) A ocorrência, no período de um mês, de 10 (dez) ou mais reclamações que a entidade Adjudicante entendam como justificadas e lesivas da imagem do serviço prestado, bem como, as faltas que estiverem relacionadas com a imagem dos serviços, implica a

penalização pecuniária de 500€ (quinhentos euros) por reclamação, por dia, até reposição integral da situação em boas condições;

- i) O incumprimento das frequências e horários dos serviços a prestar, desde que não tenham sido comunicadas à entidade adjudicante a ocorrência de uma situação anormal, implica a penalização pecuniária de 5.000€ (cinco mil euros), por dia, até reposição integral da situação em boas condições;
- j) A utilização de qualquer viatura ou equipamento em outras atividades ou funções, fora do âmbito desta prestação de serviços, implica a penalização pecuniária de 5.000€ (cinco mil euros) por cada situação detetada pelos serviços da entidade adjudicante;
- k) A não implementação do sistema de plataforma tecnológica Web e mobile – 360waste@, no prazo previsto no presente CE, conforme descrito no ponto 3, alínea c) da Parte II – Cláusulas Técnicas deste CE, implica uma penalização correspondente a 20.000 € (vinte mil euros) por cada mês de atraso;
- l) A não afetação das viaturas e equipamentos previstos neste CE, no prazo estipulado, implica uma penalização correspondente a 2.000€ (dois mil euros) por cada dia de atraso;
- m) A falha de visualização, em tempo real, do sistema de plataforma tecnológica Web e Mobile, por motivos imputáveis ao prestador de serviços/adjudicatário, ao nível dos dados indicados ponto 2 da Parte II – Cláusulas Técnicas deste CE, implica uma penalização correspondente a 50 € (cinquenta euros) por hora de acesso;

5.1.5 Em todas as situações referidas nos pontos anteriores, e em face da gravidade da situação para saúde, higiene e salubridade pública, a entidade adjudicante podem substituir-se ao adjudicatário na realização de trabalhos incluídos na prestação de serviços, com o objetivo fim de regularizar a situação. Nestes casos, além das penalidades e respetivas sanções pecuniárias citadas nos itens anteriores, serão imputados ao adjudicatário os custos das intervenções realizadas/contratadas da entidade adjudicante.

5.1.6 Quando o somatório das sanções pecuniárias aplicadas ao Prestador de Serviços ascenderem a 20% do valor global do contrato estão reunidas só por si as condições para a resolução do contrato. Todavia se a entidade adjudicante considerar que da referida resolução resultam graves danos para o interesse público, poderão dar continuidade ao contrato, elevando-se para 30% o limite máximo de penalidades pecuniárias a aplicar.

5.1.7 O prestador não incorrerá em responsabilidades se por caso fortuito ou de força maior, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato, devendo para isso comunicar e justificar tais situações às entidades adjudicantes, logo que delas tenha conhecimento, por qualquer meio escrito, bem como informar sobre o prazo previsível para restabelecer a situação.

5.1.8 O valor da sanção pecuniária a aplicar, é creditada a favor da entidade adjudicante ou deduzida ao preço a pagar pelo serviço.

5.1.9 À entidade adjudicante, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se o direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo prestador, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

5.1.10 A ocorrência da respetiva penalidade será comunicada ao Prestador de Serviços, por escrito, sendo que o valor da penalidade será descontado na fatura do mês em que se verifique o incumprimento, ou por impossibilidade, no mês seguinte ao da ocorrência.

5.1.11 O incumprimento é comunicado pela entidade adjudicante ao Prestador de Serviços, após avaliada a sua gravidade sendo-lhe garantida a prévia defesa.

5.1.12 A aplicação das penas pecuniárias é precedida de audiência escrita à entidade adjudicatária, para se pronunciar no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação.

5.1.13 As penas pecuniárias previstas no presente ponto não obstam de que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

5.1.14 Toda e qualquer intervenção do Adjudicatário na execução dos trabalhos da Prestação de Serviços que, por sua incúria e/ou não cumprimento do Contrato, resulte em prejuízos a terceiros, será da exclusiva responsabilidade do adjudicatário, a quem caberá pagar a indemnização a que haja lugar.

5.1.15 Não serão aplicadas penalidades em caso de verificação de um evento que possa ser considerado de força maior de acordo com o previsto no ponto seguinte.

## **5.2. Casos fortuitos e de força maior**

5.2.1 Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

5.2.2 Para efeitos de interrupção, consideram-se casos fortuitos ou de força maior aqueles que reúnam as condições de exterioridade, imprevisibilidade e irresistibilidade face às boas práticas ou regras técnicas aplicáveis.

5.2.3 Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

5.2.4 Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de

sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

5.2.5 A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior que impeçam o cumprimento total ou parcial do contrato ou que atrasos ou prejuízos na execução do contrato ou agravamento no seu custo impliquem atrasos deve comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como o prazo previsível para restabelecer a situação.

5.2.6 A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

### **5.3. Resolução por parte da entidade adjudicante**

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

### **5.4. Resolução por parte do adjudicatário**

O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previsto no artigo 332.º do CCP.

### **5.5. Suspensão do contrato**

5.5.1 Sem prejuízo do direito de resolução do contrato, o Município de Estarreja pode, em qualquer altura, por comprovados motivos de interesse público, designadamente quando estiverem em causa razões de segurança pública, suspender total ou parcialmente a execução do contrato.

5.5.2 No caso de a suspensão não exceder os 90 (noventa) dias, a entidade adjudicatária não tem direito a qualquer indemnização por tal facto, mas só obrigada a retomar os trabalhos quando,

com a antecedência mínima de 8 (oito) dias, a entidade adjudicante lhe comunique que deverá ser retomada a execução, e os novos termos que a mesma implique, de modo claro e preciso.

5.5.3 A suspensão, total ou parcial, da execução das prestações objeto do contrato determina a prorrogação do prazo de execução das mesmas por período igual ao prazo inicialmente fixado no contrato para a sua execução, acrescido do prazo estritamente necessário à organização de meios e execução de trabalhos preparatórios ou acessórios com vista ao recomeço da execução

5.5.4 No caso de a suspensão se prolongar por mais de 90 (noventa) dias, tem a entidade adjudicatária o direito de resolver o contrato, fazem suas as verbas que já tenham faturado e mesmo que ainda as não tenha recebido da entidade adjudicante, a qual tem a obrigação de proceder a esses pagamentos em falta.

5.5.5 À suspensão e recomeço da execução do contrato aplica-se o previsto no artigo 298.º do CCP.

## **6. CAUÇÃO E SEGUROS**

### **6.1. Caução**

Para o bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, e no caso de não ser exigida a prestação da caução, poderá o Município de Estarreja, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar, nos termos do n.º 3 do artigo 88.º do CCP.

### **6.2. Seguros**

6.2.1 O adjudicatário obriga-se a celebrar os seguintes contratos de seguro:

- a) Acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal empregue na execução do contrato, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo que o pessoal contratado pelos subcontratados, caso existam, possui seguro obrigatório de relatório de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal;
- b) Responsabilidade civil automóvel cuja apólice deve abranger toda a frota de veículos de locomoção própria por si afetos à execução do contrato, que circulem na via pública ou no local dos trabalhos, independentemente de serem veículos de passageiros e de carga, máquinas ou equipamentos industriais, de acordo com as normas legais sobre responsabilidade civil automóvel (riscos de circulação), bem como apresentar comprovativo que os veículos afetos aos trabalhos pelos subcontratados se encontram segurados;
- c) Responsabilidade civil para todas as componentes objeto do contrato, extensível aos agentes a que o adjudicatário recorra na execução do contrato, incluindo subcontratados, durante todo o período de vigência do contrato, que garanta a responsabilidade civil em

que incorrer o adjudicatário por danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros em consequência da sua atividade. Nas condições particulares da apólice deverá constar que o Município de Estarreja será sempre considerado terceiro, independentemente da sua relação jurídica com o Tomador do Seguro.

6.2.2 Os contratos de seguro referidos no número anterior também devem garantir a cobertura de danos a bens confiados (danos causados a bens da propriedade do Município de Estarreja e da Unidade Local de Saúde da Região de Aveiro, existentes nos locais onde decorrem os trabalhos) e possuir ainda a garantia de pós-trabalhos.

6.2.3 O adjudicatário e os seus subcontratados obrigam-se a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução do contrato, as apólices de seguro previstas no presente caderno de encargos e na legislação aplicável, das quais deverão exibir cópia e respetivo recibo de pagamento de prémio antes do início dos trabalhos e em qualquer momento, quando exigido pela entidade adjudicante.

6.2.4 O adjudicatário é o único responsável pelas indemnizações respeitantes a prejuízos cobertos pelos seguros referidos nos números anteriores.

6.2.5 Os seguros referidos nos números anteriores em nada diminuem ou restringem as obrigações contratuais do adjudicatário perante a entidade adjudicante.

6.2.6 A existência dos seguros indicados nos números anteriores, bem como de outros obrigatórios por lei, não exime o adjudicatário da sua obrigação de indemnizar pelos prejuízos não cobertos por estes, referentes a sinistros por que seja responsável.

## **7. RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS**

### **7.1. Resolução de litígios e foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal competente em razão da matéria e do território.

## **8. DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **8.1. Subcontratação e cessão de posição contratual**

8.1.1 É admitida a cessão da posição contratual pelo cocontratante, nos termos e com os limites previstos nos artigos 316.º e seguintes do CCP.

8.1.2 A subcontratação por parte do adjudicatário de quaisquer serviços que lhe tenham sido adjudicados depende, sempre, de prévia autorização da Entidade Adjudicante, nos termos do disposto no artigo 319.º do CCP.

8.1.3 Sem prejuízo do estabelecido no número anterior, o Adjudicatário está obrigado a assegurar o cumprimento dos requisitos constantes dos nºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP, mediante

a apresentação de uma proposta fundamentada e instruída com todos os documentos comprovativos da verificação dos requisitos que seriam exigíveis para a autorização da subcontratação no próprio contrato.

8.1.4 A subcontratação está vedada nas seguintes situações:

- a) Quando a escolha do cocontratante tenha sido determinada por ajuste direto, nos casos em que só possa ser convidada uma entidade;
- b) Às entidades abrangidas pelas causas de impedimento previstas no artigo 55.º;
- c) Quando existam fortes indícios de que a cessão da posição contratual ou a subcontratação resultem de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.

8.1.5 A Entidade Adjudicante pode opor-se à subcontratação na fase de execução do contrato quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do contrato.

8.1.6 Todos os subcontratos devem conter uma cláusula na qual o Subcontratado declara conhecer, integralmente, o presente Caderno de Encargos, nomeadamente, as cláusulas referentes à subcontratação e ao pagamento direto aos Subcontratados.

8.1.7 O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os Subcontratados e terceiros.

8.1.8 A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do Adjudicatário, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a Subcontratados.

## **8.2. Responsabilidade**

8.2.1 A entidade adjudicatária responderá, nos termos da lei, por todos os danos ou prejuízos sofridos pelo Município de Estarreja, seus trabalhadores, operadores ou terceiros, em consequência da aquisição/fornecimento dos bens, devendo para tal celebrar os necessários contratos de seguros, conforme disposto no ponto 7.2 do presente CE.

8.2.2 Se o Município de Estarreja tiver que assumir a indemnização de prejuízos que, nos termos do presente caderno de encargos, são da responsabilidade do adjudicatário, este indemnizá-lo-á em todas as despesas que, por esse fato e seja a que título for, houver que suportar, assistindo àquele Município o direito de regresso das quantias que tiver pago ou que tiver que pagar.

8.2.3 O Município de Estarreja não responderá por quaisquer danos ou prejuízos sofridos pelo adjudicatário, salvo culpa comprovada dos trabalhadores daquele Município, no exercício das respetivas funções. As ações de supervisão e controlo da entidade adjudicante em nada alteram ou diminuem a responsabilidade do adjudicatário no que se refere à aquisição/fornecimento em causa.

### **8.3. Modificação do contrato**

8.3.1 O contrato pode ser modificado nos termos dos artigos 311.º, 312.º e 313.º do Código dos Contratos Públicos.

8.3.2 Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.

8.3.3 A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração.

8.3.4 O contrato pode ser modificado por:

- a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene do que a do contrato;
- b) Decisão judicial ou arbitral, exceto nos casos em que a modificação interfira com o resultado do exercício da margem de livre decisão administrativa subjacente ao mesmo ou implique a formulação de valorações próprias do exercício da função administrativa;
- c) Ato administrativo do contraente público, nos casos previstos na alínea c) do artigo 312.º do CCP.

8.3.5 Qualquer alteração ao contrato será objeto de acordo prévio das partes e apenas será válida após a aprovação expressa do órgão competente para a decisão de contratar.

8.3.6 Toda e qualquer alteração ao contrato deve constar de documento escrito assinado por ambas as partes, o qual produz efeitos a partir da data que nele se fixar, mas nunca em data anterior à da sua assinatura.

8.3.7 Para efeitos do disposto no número anterior, toda e qualquer alteração ao contrato é, sempre, objeto de adenda escrita ao mesmo, a qual será, para todos os efeitos, considerada parte integrante do mesmo, prevalecendo sobre aquele naquilo em que vier a alterar o mesmo.

### **8.4. Dever de informação**

8.4.1 Qualquer uma das partes deve informar a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa fé e no prazo de 10 (dez) dias a contar do respetivo conhecimento.

8.4.2 Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.

### **8.5. Reservas**

8.5.1 O Município de Estarreja reserva-se o direito de, em qualquer momento, e até à decisão final, interromper o processo de adjudicação, objeto deste procedimento, suspendendo-o ou anulando-o, desde que razões de interesse público, económico, social ou processual o justifiquem.

8.5.2 Não haverá lugar à adjudicação nos casos previsto no artigo 79.º do CCP.

#### **8.6. Direção e Fiscalização da Execução do Contrato**

8.6.1 Os poderes de direção e a fiscalização do modo de execução do contrato serão exercidos pela entidade adjudicante nos termos do disposto nos artigos 303.º a 305.º do CCP.

8.6.2 Para efeitos da concretização dos poderes de direção e fiscalização do modo de execução do contrato a entidade adjudicante será representada pelo Gestor do Contrato, ao qual se delega:

- a) A competência para a emissão de ordens, diretivas ou instruções, bem como para proceder à notificação prevista no artigo 325.º do CCP para que o adjudicatário cumpra, em prazo fixado para o efeito, todas as obrigações emergentes do contrato, a quem o adjudicatário fica obrigado a prestar toda a colaboração que se mostrar necessária e toda a informação que lhe seja solicitada, sem prejuízo dos relatórios de acompanhamento previstos no presente caderno de encargos;
- b) A competência para decidir sobre a verificação da existência de uma impossibilidade temporária de cumprimento do contrato que determina a suspensão do prazo (nos termos do disposto no art.º 297.º do CCP) e sobre a respetiva retoma logo que cessem as causas que determinaram a suspensão (nos termos do disposto no art.º 298.º do CCP).

8.6.3 O Gestor do Contrato, no exercício das funções de fiscalização será responsável pela medição e a avaliação dos níveis de serviço exigidos de acordo com as cláusulas da Parte II do presente Caderno de Encargos.

#### **8.7. Comunicações e notificações**

8.7.1 Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações, entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, nos termos do artigo 468.º do CCP, para os respetivos endereços eletrónicos, identificados no contrato.

8.7.2 Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### **8.8. Contagem de prazos na fase de formação de contratos**

8.8.1 Os prazos referidos no presente CE, relativos aos procedimentos de formação de contratos contam-se nos termos do disposto no artigo 87.º do Código de Procedimento Administrativo e não lhes é aplicável, em caso algum, o disposto no artigo 88.º do mesmo Código.

8.8.2 Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

## **8.9. Contagem dos prazos na fase de execução de contratos**

8.9.1 À contagem de prazos na fase de execução do contrato são aplicáveis as seguintes regras:

- a) Não se inclui na contagem do prazo o dia em que ocorrer o evento a partir do qual o mesmo começa a correr;
- b) Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
- c) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, se no último mês não existir dia correspondente o prazo finda no último dia desse mês;
- d) O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato que não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.
- e) Considera-se que o serviço não está aberto ao público quando for concedida tolerância de ponto, total ou parcial.

8.9.2 O disposto na alínea d) do número anterior também é aplicável aos prazos que terminem em férias judiciais se o ato sujeito a prazo tiver de ser praticado em juízo.

## **8.10. Regime contraordenacional**

Para além das sanções por incumprimento previstas no ponto 5.1. do presente CE, constituem contraordenações muito graves as previstas no artigo 456.º, contraordenações graves as previstas no artigo 457.º e contraordenações simples as previstas no artigo 458.º, todos do Código de Contratos Públicos.

## **8.11. Legislação aplicável**

Em tudo o que for omissa no presente CE e seus anexos, observar-se-á o disposto na legislação nacional e comunitária, nomeadamente nos seguintes diplomas:

- a) Código dos Contratos Públicos – aprovado em anexo ao Decreto-Lei nº18/2008, de 29 de janeiro e republicado pelo Anexo III ao Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação;
- b) Código do Procedimento Administrativo;
- c) E demais legislação portuguesa aplicável.

## PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

### [A] - CLÁUSULAS TÉCNICAS GERAIS

#### 1. ÂMBITO DO PROCEDIMENTO

##### 1.1 Objeto

1.1.1 O presente procedimento tem por objeto principal a aquisição de serviços de **Recolha seletiva porta a porta de Biorresíduos (orgânicos e verdes) no Município de Estarreja**, de acordo com as definições estabelecidas nos documentos contratuais e demais legislação em vigor.

##### 1.2 Prazo de vigência e execução da prestação de serviços

1.2.1 A presente aquisição de serviços terá início após notificação de adjudicação e/ou assinatura do contrato.

1.2.2 O prazo de vigência do contrato é de **36** (trinta e seis) meses, a contar da data da receção da notificação atrás referida, com possível denúncia no final do período de **12** (doze) **meses**, sendo que a denúncia deverá ocorrer por qualquer das partes, com um período mínimo de 60 (sessenta) dias e sem obrigação de indemnizar.

1.2.3 O contrato mantém-se em vigor até à conclusão da prestação da globalidade dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições previstos na Parte II – Cláusulas Técnicas deste CE, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessão do contrato.

1.2.4 O **contrato entra em vigor, a partir da data da sua celebração**, e/ou, após a respetiva publicitação, pela entidade adjudicante, no portal da Internet dedicado aos contratos públicos, Base.gov, como condição de eficácia do respetivo contrato, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos.

1.2.5 A execução das prestações que constituem o objeto do contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa sempre que se verifique a impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora da entidade adjudicante na entrega ou na disponibilização de meios ou bens necessários à respetiva execução, ou exceção de não cumprimento, nos termos do disposto nos artigos 297.º e 298.º do CCP.

1.2.6 Sem prejuízo das normas legais imperativas relativas ao reequilíbrio financeiro, findo o prazo referido no ponto 1.2.2 e caso não tenha sido atingido o montante do preço contratual que vier a ser fixado, o contrato extingue-se sem que assista prestador de serviços o direito a qualquer indemnização pelo valor dos serviços não fornecidos/prestados.

### **1.3 Local da prestação de Serviços**

1.3.1 Os serviços, objeto do presente concurso, serão executados na área geográfica do Município de Estarreja, de acordo com a planta e quadros que constam nos **Anexos**, ao presente CE.

1.3.2 A entidade prestadora dos serviços incluídos neste concurso não poderá utilizar as instalações, pessoal e equipamentos afetos a esta operação de prestação de serviços em qualquer outra de natureza similar nas áreas de outros concelhos.

1.3.3 O adjudicatário deverá dispor de instalações de apoio fixas, próprias ou arrendadas no concelho de Estarreja ou num raio máximo de 30 Km do limite da área de intervenção, por forma a assegurar o correto funcionamento da prestação de serviços.

1.3.4 Estas instalações deverão incluir estacionamento de viaturas, oficinas, estação de lavagem de viaturas e vestiários/balneários.

1.3.5 As instalações de apoio deverão respeitar a regulamentação de higiene e segurança no trabalho e tudo o que for exigido pela legislação em vigor.

## **2. RECOLHA E TRANSPORTE DE BIORRESÍDUOS**

### **2.1. Serviços a executar pelo Prestador de Serviços**

2.1.1 O adjudicatário executará todos os trabalhos da prestação de serviços que, expressa ou implicitamente sejam exigidos para atingir o objetivo da prestação de serviços, cumprindo todas as instruções designadamente os prazos que, para tal fim, lhe sejam dados pelo Município de Estarreja – Divisão de Ambiente e Sustentabilidade.

2.1.2 O adjudicatário fica obrigado a executar todos os trabalhos que, durante a execução do contrato se venham a mostrar necessários para a completa execução do objeto da prestação de serviços e não previsto no Plano de Trabalhos, desde que lhe sejam ordenados por escrito pela entidade adjudicante e fornecidos os elementos técnicos indispensáveis para a sua perfeita execução.

2.1.3 Faz parte da presente prestação de serviços todos os trabalhos mencionados nos pontos seguintes.

### **2.2. Recolha seletiva de biorresíduos porta-a-porta no setor doméstico**

2.2.1 Nas zonas apresentadas no quadro I e mapa I dos Anexos, a recolha seletiva de orgânicos e verdes será efetuada em regime de porta-a-porta em todas as habitações.

2.2.2 A recolha será efetuada em habitações, cuja georreferenciação poderá vir a ser facultada após adjudicação.

2.2.3 A recolha será efetuada através de contentores de 10l maioritariamente em habitações e contentores de 40l/120l, conforme a composição do agregado familiar.

- 2.2.4 Os contentores podem ter um saco no seu interior a conter os resíduos orgânicos.
- 2.2.5 Os contentores serão fornecidos pela entidade adjudicante.
- 2.2.6 A entidade adjudicante fornecerá ao adjudicatário semanalmente uma listagem de novos aderentes, substituições de contentores, reforços de contentores, entre outros, devendo o adjudicatário proceder a essas entregas no prazo máximo de 1 semana desde a data da entrega da listagem. Ou seja, no decorrer do procedimento poderão ser adicionados novos aderentes.
- 2.2.7 A recolha seletiva de biorresíduos tem como destino a estação de transferência de Estarreja, sita na Avenida do PACOPAR/Rua Rio Gonde – Ecoparque, freguesia Beduído e Veiros ou Centro de Valorização da ERSUC sita em Eirol, Concelho de Aveiro.
- 2.2.8 O adjudicatário obriga-se a cumprir os horários de recolha estipulados pela entidade adjudicante.
- 2.2.9 O adjudicatário deverá informar a entidade adjudicante sempre que algum contentor se encontre danificado ou necessite de ser substituído.
- 2.2.10 Sempre que o adjudicatário verifique que a carga de resíduos orgânicos recolhidos não se encontram em conformidade com as regras definidas na Central de Valorização Orgânica da ERSUC, deverá informar a entidade adjudicante e não recolher a carga informando o estabelecimento da não conformidade, informando a fiscalização do local e proprietário para se dar cumprimento ao ponto seguinte.
- 2.2.11 Sempre que o adjudicatário detete anomalias associadas aos locais e meios de deposição de resíduos, tem a obrigação de participar à entidade adjudicante essa ocorrência no prazo de máximo de 12 (doze) horas, com recurso ao 360Waste@.
- 2.2.12 Sempre que solicitado pela entidade adjudicante, o adjudicatário deverá proceder à colocação de folhetos de sensibilização nas caixas de correio dos aderentes ao serviço. Este serviço não será solicitado mais do que 3 vezes por ano.
- 2.2.13 Sempre que se verifique o derrame de lixiviados provenientes da recolha de resíduos orgânicos, deverá ser efetuada a lavagem e desinfeção imediatas do local e dado conhecimento à entidade adjudicante.
- 2.2.14 A recolha é efetuada às segundas-feiras (à noite) e sextas-feiras (período da manhã), obrigando-se o adjudicatário a cumprir os dias de recolha definidos, inclui feriados, exceto 1 de janeiro, 1 de maio e 25 de dezembro e por acordo entre as partes de possível alteração de período de recolha.

### **2.3. Recolha seletiva de resíduos orgânicos em estabelecimentos de restauração e cantinas**

- 2.3.1 O adjudicatário deverá promover a recolha de resíduos orgânicos, nos estabelecimentos de restauração e cantinas listados no quadro II. Os estabelecimentos apresentados poderão ter um erro de 10% no número de estabelecimentos.
- 2.3.2 O horário de serviço será, de segunda-feira a sábado entre as 14.00 e as 21.00 (segunda, quarta e sábado), inclui feriados, exceto 1 de janeiro, 1 de maio e 25 de dezembro e por acordo entre as partes de possível alteração de período de recolha, devendo ser adequado ao horário de funcionamento de cada estabelecimento.

2.3.3 A recolha será efetuada em contentores fornecidos pela entidade adjudicante através de contentores de 120l, 240l e 800l em estabelecimentos.

2.3.4 Os contentores podem ter um saco no seu interior a conter os resíduos orgânicos.

2.3.5 A entidade adjudicante reserva-se o direito de incluir novos estabelecimentos, informando o adjudicatário e fornecendo a identificação dos novos estabelecimentos, desde que o incremento não ultrapasse 50% do número de estabelecimentos atualmente considerados no período do contrato.

2.3.6 O adjudicatário poderá propor, à entidade adjudicante, a inclusão de novos estabelecimentos, estando sempre sujeita a aprovação.

2.3.7 Sempre que se verifique o derrame de lixiviados provenientes da recolha de resíduos orgânicos, deverá ser efetuada a lavagem e desinfeção imediatas do local e dado conhecimento à entidade adjudicante;

2.3.8 Sempre que o adjudicatário verifique que a carga de resíduos orgânicos recolhidos não se encontram em conformidade com as regras definidas na Central de Valorização Orgânica da ERSUC, deverá informar a entidade adjudicante e não recolher a carga informando o estabelecimento da não conformidade, informando a fiscalização do local e proprietário para se dar cumprimento ao ponto seguinte.

2.3.9 Posteriormente será recolhido como carga no circuito de resíduos indiferenciados.

2.3.10 O adjudicatário deverá informar a entidade adjudicante sempre que algum contentor se encontre danificado ou necessite de ser substituído.

2.3.11 Sempre que o adjudicatário detete anomalias associadas aos locais e meios de deposição de resíduos, tem a obrigação de participar à entidade adjudicante essa ocorrência no prazo de máximo de 12 (doze) horas, com recurso ao 360Waste@.

2.3.12 Compete ao adjudicatário proceder à substituição/colocação dos contentores de resíduos orgânicos sendo os contentores fornecidos pela entidade adjudicante.

2.3.13 O adjudicatário deverá manter um registo atualizado de todos os estabelecimentos e tipos de contentores correspondentes e enviar à entidade adjudicante mensalmente uma listagem atualizada dos mesmos.

2.3.14 Os resíduos orgânicos resultantes da recolha deverão ser encaminhados após a recolha para a Estação de transferência de Estarreja, sita na Avenida do PACOPAR/Rua Rio Gonde – Ecoparque, freguesia Beduído e Veiros ou Central de Valorização Orgânica da ERSUC, sita em Eirol, Concelho de Aveiro pelo adjudicatário.

## **2.4. Recolha seletiva de resíduos orgânicos em supermercados, mercearias e frutarias**

2.4.1 O adjudicatário deverá promover a recolha de resíduos orgânicos, nos estabelecimentos de restauração e cantinas listados no quadro III. Os estabelecimentos apresentados poderão ter um erro de 10% no número de estabelecimentos.

2.4.2 O horário de serviço será, de segunda-feira a sábado entre as 9.00 e as 21.00 (duas recolhas semanais preferencial (terça-feira e sexta)) inclui feriados, exceto 1 de janeiro, 1 de maio e 25 de dezembro e por acordo entre as partes de possível alteração de período de recolha, devendo ser adequado ao horário de funcionamento de cada estabelecimento.

2.4.3 A recolha será efetuada em contentores fornecidos pela entidade adjudicante através de contentores de 120l, 240l e 800l em estabelecimentos.

2.4.4 Os contentores podem ter um saco no seu interior a conter os resíduos orgânicos.

2.4.5 A entidade adjudicante reserva-se o direito de incluir novos estabelecimentos, informando o adjudicatário e fornecendo a identificação dos novos estabelecimentos, desde que o incremento não ultrapasse 50% do número de estabelecimentos atualmente considerados no período do contrato.

2.4.6 O adjudicatário poderá propor, à entidade adjudicante, a inclusão de novos estabelecimentos, estando sempre sujeita a aprovação.

2.4.7 Sempre que se verifique o derrame de lixiviados provenientes da recolha de resíduos orgânicos, deverá ser efetuada a lavagem e desinfeção imediatas do local e dado conhecimento à entidade adjudicante;

2.4.8 Sempre que o adjudicatário verifique que a carga de resíduos orgânicos recolhidos não se encontram em conformidade com as regras definidas na Central de Valorização Orgânica da ERSUC, deverá informar a entidade adjudicante e não recolher a carga informando o estabelecimento da não conformidade.

2.4.9 Posteriormente será recolhido como carga no circuito de resíduos indiferenciados.

2.4.10 O adjudicatário deverá informar a entidade adjudicante sempre que algum contentor se encontre danificado ou necessite de ser substituído.

2.4.11 Sempre que o adjudicatário detete anomalias associadas aos locais e meios de deposição de resíduos, tem a obrigação de participar à entidade adjudicante essa ocorrência no prazo de máximo de 12 (doze) horas, com recurso ao 360Waste@.

2.4.12 Compete ao adjudicatário proceder à substituição/colocação dos contentores de resíduos orgânicos sendo os contentores fornecidos pela entidade adjudicante.

2.4.13 O adjudicatário deverá manter um registo atualizado de todos os estabelecimentos e tipos de contentores correspondentes e enviar à entidade adjudicante mensalmente uma listagem atualizada dos mesmos.

2.4.14 Os resíduos orgânicos resultantes da recolha deverão ser encaminhados após a recolha para a Estação de transferência de Estarreja, sita na Avenida do PACOPAR/Rua Rio Gonde – Ecoparque, freguesia Beduído e Veiros ou Central de Valorização Orgânica da ERSUC sita em Eirol, Concelho de Aveiro pelo adjudicatário.

## **2.5. Recolha seletiva de resíduos verdes em cemitérios e floristas**

2.5.1 O adjudicatário deverá promover a recolha de resíduos verdes, nos cemitérios e floristas listados no quadro IV. Os locais e estabelecimentos apresentados poderão ter um erro de 10% no número de estabelecimentos.

2.5.2 O horário de serviço será, de segunda-feira a sábado entre as 9.00 e as 21.00 (duas recolhas semanais preferencial (segunda-feira e sexta) inclui feriados, exceto 1 de janeiro, 1 de maio e 25 de dezembro e por acordo entre as partes de possível alteração de período de recolha, devendo ser adequado ao horário de funcionamento de cada estabelecimento.

- 2.5.3 A recolha será efetuada em contentores fornecidos pela entidade adjudicante através de contentores de 120l, 240l e 800l em estabelecimentos.
- 2.5.4 Os contentores podem ter um saco no seu interior a conter os resíduos verdes.
- 2.5.5 A entidade adjudicante reserva-se o direito de incluir novos estabelecimentos, informando o adjudicatário e fornecendo a identificação dos novos estabelecimentos, desde que o incremento não ultrapasse 50% do número de estabelecimentos atualmente considerados no período do contrato.
- 2.5.6 O adjudicatário poderá propor, à entidade adjudicante, a inclusão de novos estabelecimentos, estando sempre sujeita a aprovação.
- 2.5.7 Sempre que o adjudicatário verifique que a carga de resíduos verdes recolhidos não se encontram em conformidade com as regras definidas na Central de Valorização Orgânica da ERSUC, deverá informar a entidade adjudicante e não recolher a carga informando o estabelecimento da não conformidade.
- 2.5.8 Posteriormente será recolhido como carga no circuito de resíduos indiferenciados.
- 2.5.9 O adjudicatário deverá informar a entidade adjudicante sempre que algum contentor se encontre danificado ou necessite de ser substituído.
- 2.5.10 Sempre que o adjudicatário detete anomalias associadas aos locais e meios de deposição de resíduos, tem a obrigação de participar à entidade adjudicante essa ocorrência no prazo de máximo de 12 (doze) horas, com recurso ao 360Waste@.
- 2.5.11 Compete ao adjudicatário proceder à substituição/colocação dos contentores de resíduos verdes sendo os contentores fornecidos pela entidade adjudicante.
- 2.5.12 O adjudicatário deverá manter um registo atualizado de todos os estabelecimentos e tipos de contentores correspondentes e enviar à entidade adjudicante mensalmente uma listagem atualizada dos mesmos.
- 2.5.13 Os resíduos verdes resultantes da recolha deverão ser encaminhados após a recolha para a Estação de transferência de Estarreja, sita na Avenida do PACOPAR/Rua Rio Gonde – Ecoparque, freguesia Beduído e Veiros ou Central de Valorização Orgânica da ERSUC, sita em Eirol, Concelho de Aveiro pelo adjudicatário.

### **3. OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO**

Sem prejuízo de outros requisitos e especificações técnicas a definir pela entidade adjudicante, o adjudicatário obriga-se a cumprir os seguintes requisitos e níveis de serviço:

- a) Proceder à recolha seletiva porta a porta, dos biorresíduos, em todas as habitações das ruas e estabelecimentos definidos no ponto **2 da Parte II** das cláusulas técnicas e transporte dos mesmos a destino final;
- b) Estabelecer as equipas necessárias respeitando a periodicidade, itinerários definidos no plano de trabalhos e respeitar os horários estabelecidos pela entidade adjudicante no ponto 2 com uma tolerância de 15 minutos;

- c) Definir os circuitos de recolha e a otimização dos mesmos utilizando o Sistema de plataforma tecnológica web e mobile - 360Waste@ para recolha, tratamento e análise dos dados provenientes da atividade de recolha seletiva porta-a-porta que deverá estar operacional ao fim de 20 dias da assinatura do contrato;
- d) Proceder à leitura efetiva por via RFID dos elementos de contentorização e registar o grau de enchimento em cada recolha (25%, 50%, 75% e 100%) e nível de contaminação 100% (não recolhido);
- e) Manusear os contentores individuais de forma adequada e de modo a salvaguardar a sua integridade;
- f) O adjudicatário poderá propor, à entidade adjudicante, a inclusão de novos estabelecimentos, estando sempre sujeita a aprovação;
- g) Respeitar todos os imperativos legais relacionados com a realização do tipo de serviços em causa;
- h) O adjudicatário tem também como obrigação, num prazo de 8 (oito) dias úteis, efetuar o levantamento e entrega dos respetivos contentores descritos no ponto 2 da cláusula, aos locais aderentes, estando também incluídas todas as operações e meios logísticos associados;
- i) As viaturas não deverão ter uma idade superior a 5 anos e deverão ser em número necessário à realização dos trabalhos que integrem a exploração da prestação de serviços, bem como adequadas às funções a executar, às características das zonas onde devem circular, comprometendo-se ainda o adjudicatário a manter viaturas de reserva em número suficiente, de forma a impedir que, perante a ocorrência de qualquer contingência ou avaria, ocorram quaisquer vicissitudes na prestação do serviço aos utentes.
- j) As caixas que equipam as viaturas de recolha de biorresíduos deverão ser de carga contínua, com sistema de elevação de contentores, para que os resíduos sejam compactados e comprimidos, devendo ser totalmente estanques, de modo a evitar que haja escorrimentos para a via pública, durante as operações de carga e descarga.
- k) O adjudicatário é o responsável pelo fornecimento de todos os meios humanos necessários à boa execução dos trabalhos, incluindo os necessários à compensação relativa a faltas, férias ou licenças.
- l) O adjudicatário é responsável pelo fornecimento, manutenção e conservação de todas as viaturas, máquinas, equipamentos, ferramentas, fardas, equipamentos de proteção individual e reservas, necessários à boa execução dos trabalhos, sempre que possível devidamente identificados com o respetivo logótipo.
- m) O adjudicatário obriga-se a dispor em todas as viaturas de uma placa com a seguinte inscrição “Ao serviço do Município de Estarreja”.

- n) O Município de Estarreja, sempre que ocorram fatores imponderáveis e supervenientes, reserva-se o direito de modificar os horários e itinerários, sendo de aceitação obrigatória para o adjudicatário, sem que o mesmo possa solicitar qualquer indemnização pelo facto.
- o) O adjudicatário fica obrigado, a adotar os procedimentos de sinalização de pessoas, viaturas e equipamentos, cumprindo as normas em vigor, de forma a garantir a sua visibilidade e segurança e a de terceiros.
- p) O adjudicatário deverá manter permanentemente atualizado nas suas instalações o quadro de pessoal afeto à prestação de serviço e disponibilizá-lo sempre que solicitado pela fiscalização.
- q) O adjudicatário deverá fornecer, atempadamente, aos serviços de fiscalização, a relação de viaturas (e suas matrículas) e apresentando cópias dos documentos únicos de cada uma das viaturas afetas no decurso do contrato que efetuam o transporte de resíduos urbanos e procedem à descarga no destino final definido.
- r) O adjudicatário deverá apresentar os procedimentos que serão desenvolvidos para a resolução das reclamações/ solicitações, no âmbito da presente prestação de serviços, no que diga respeito a solicitações, reclamações, trabalhos a executar, com descrição pormenorizada dos procedimentos a adotar para cada uma das situações e indicar a estimativa de tempo para prazos de resolução das várias situações e informação à entidade adjudicante das ações corretivas desenvolvidas.
- s) O adjudicatário deverá dispor, na data de assinatura do contrato, de máquinas e ferramentas necessárias para os trabalhos objeto da respetiva prestação de serviços – vassouras, apanhadores, mangueiras, enxadas, máquinas de alta pressão, entre outros.
- t) A reparação e indemnização de prejuízos causados por motivos imputáveis ao adjudicatário, são da sua responsabilidade.
- u) As ferramentas e máquinas utilizadas nos trabalhos deverão cumprir integralmente a legislação aplicável, em especial no respeitante à higiene e segurança.
- v) Espaço e iluminação na traseira da viatura para apoio do pessoal das equipas de recolha, com condições que garantam a segurança durante a circulação da viatura;
- w) Luz rotativa para assinalar a marcha.
- x) As viaturas deverão estar equipadas com o sistema hardware para leitura RFID e acesso ao sistema TIC (docking station) de monitorização.

#### **4. GESTÃO DE RECLAMAÇÕES**

4.1.1 As reclamações ou solicitações recebidas no Município serão de imediato enviadas para o prestador de serviços, que no prazo máximo de 3 (três) dias, enviará uma resposta ao requerente, com conhecimento aos técnicos da entidade adjudicante, sobre a resolução da situação objeto de reclamação e/ou a evolução dos trâmites que foram desenvolvidos, com vista à sua resolução (sempre que possível acompanhada de reporte fotográfico).

## **5. PLANO DE TRABALHOS**

O adjudicatário deverá apresentar os elementos a seguir indicados, tendo em consideração o plano definitivo de trabalhos, que deverá respeitar a metodologia fixada neste caderno de encargos. De acordo com a metodologia fixada neste caderno de encargos, o adjudicatário deverá apresentar um plano de trabalhos, que deverá incluir:

### **5.1. MEIOS HUMANOS:**

- a) Pessoal operacional, por categoria, função e tipo de serviço (recolha de resíduos orgânicos porta-a-porta, piquete de intervenção rápida e restantes tarefas descritas no presente cadernos de encargos), com a indicação da respetiva taxa de afetação;
- b) Pessoal de apoio técnico;
- c) Pessoal de apoio administrativo.
- d) Cada equipa de trabalho, responsável pela recolha dos resíduos num determinado itinerário, terá que ser constituída, no mínimo, por 1 (um) condutor de veículos pesados e 1 (um) cantoneiro de limpeza.
- e) Sem prejuízo do referido no número anterior, o adjudicatário poderá solicitar as alterações que considere necessárias à constituição das equipas, com vista à boa execução dos serviços objeto da presente consulta.
- f) É obrigatório o fardamento e vestuário de proteção do pessoal apropriado, respeitando as medidas de higiene e segurança no trabalho e legislação em vigor;
- g) O adjudicatário é responsável pelo fornecimento e conservação de fardas homegéneas, dos EPI´s e respetivas reservas;
- h) O pessoal deverá ter robustez física necessária para o cargo e demonstrar sensibilidade em relação ao trato com os munícipes.

### **5.2. MEIOS MECÂNICOS:**

- a) Viaturas, máquinas e ferramentas, por tipo de serviço e indicação da respetiva taxa de afetação;
- b) A substituição das viaturas nos períodos de paralisação para a manutenção, reparação, revisões ou inspeções;
- c) Os custos com os combustíveis serão assegurados pelo adjudicatário;
- d) Todas as viaturas deverão manter-se em bom estado de conservação e com a boa imagem, sendo obrigatoriamente lavadas e desinfetadas após cada dia de utilização;
- e) Materiais e produtos;
- f) Plano de manutenção das viaturas, máquinas, equipamentos e ferramentas.

### **5.3. PLANTAS:**

- a) Circuitos, em planta, de recolha PAP de resíduos orgânicos e verdes nas ruas listadas – Quadro I;
- b) Circuitos, em planta, de recolha PAP de resíduos orgânicos em estabelecimentos de restauração e cantinas – Quadro II;
- c) Circuitos, em planta, de recolha PAP de resíduos orgânicos nos supermercados, mercearias e frutarias – Quadro III;
- d) Circuito, em planta, da recolha PAP de resíduos verdes nos cemitérios e floristas – Quadro IV;
- e) O plano definitivo de trabalhos, elaborado pelo adjudicatário de acordo com o determinado pelo caderno de encargos deverá ser apresentado até 8 (oito) dias úteis após a adjudicação;
- f) O plano de trabalhos deverá ser apresentado em suporte digital, após aprovação do formato pelo Município de Estarreja.

### **5.4. MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHOS**

5.4.1 O adjudicatário pode em qualquer momento, propor modificações ao plano de trabalhos, desde que deles não resulte prejuízo para o cumprimento da prestação de serviços nos devidos termos deste caderno de encargos, devendo a alteração e o novo plano serem aprovados pela entidade adjudicante.

5.4.2 A entidade adjudicante pode proceder a qualquer modificação do plano de trabalhos desde que não corresponda a uma variação dos meios afetos à prestação do serviço nem da sua ocupação (horário), mas apenas a uma variação da localização, não havendo lugar a qualquer ajustamento de preços.

### **5.5. APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIOS**

5.5.1 O adjudicatário deverá apresentar relatórios, conforme a seguir se indica, durante o tempo em que decorrer a prestação de serviços.

5.5.2 O modelo dos relatórios deverá ser apresentado previamente à entidade adjudicante, aquando da apresentação do plano de trabalhos, para aprovação.

### **5.6. RELATÓRIOS MENSAIS**

5.6.1 O adjudicatário deverá enviar até ao dia 05 de cada mês, por correio eletrónico, relatório com o resumo do trabalho desenvolvido durante o mês anterior.

5.6.2 O adjudicatário ficará ainda obrigado a apresentar anualmente, os dados compilados referentes à atividade de gestão de resíduos, por forma a que o Município de Estarreja, na condição de entidade gestora RU (baixa), possa dar cumprimento às imposições da Entidade Reguladora de Águas e Resíduos – ERSAR, a saber:

- a) Lista de reclamações RU;
- b) Lista diária das quantidades recolhidas entregues na Estação de Transferência de Estarreja e/ou Central de Valorização Orgânica;
- c) Número de viaturas afetas ao serviço de recolha de resíduos orgânicos e km percorridos;
- d) Combustível consumido por cada viatura de recolha (total anual);
- e) Emissões CO<sub>2</sub> das viaturas de recolha de RU (kg CO<sub>2</sub>);
- f) Lista de recursos humanos afetos à recolha de RU;
- g) Listagem atualizada do número de contentores e sua numeração, localização em ficheiro georreferenciado e listagem em Excel;
- h) A entidade adjudicante reserva-se o direito de poder solicitar elementos adicionais sempre que necessário.

## **6. CONTROLO E FISCALIZAÇÃO**

6.1.1 A direção técnica da prestação de serviços deve ser confinada a um técnico com a qualificação mínima técnico superior e com 5 ou mais anos na gestão e coordenação de serviços de recolha (preferência porta a porta) e transporte de resíduos, a comprovar com declarações abonatórias emitidas pelas entidades a quem os trabalhos foram prestados e declaração da empresa que indique as datas em que iniciaram funções no quadro da empresa;

6.1.2 Para acompanhar diariamente os trabalhos e prestar esclarecimentos à fiscalização do Município, deve ser previsto, um encarregado com 5 ou mais anos de experiência na gestão e coordenação de serviços de recolha (preferência porta a porta) e transporte de resíduos, a comprovar com declarações abonatórias emitidas pelas entidades a quem os trabalhos foram prestados e declaração da empresa que indique as datas em que iniciaram funções no quadro da empresa;

6.1.3 O adjudicatário deve indicar a identificação adequada, a qualificação técnica e o contacto telefónico do diretor técnico e do encarregado destacados para a prestação do serviço;

6.1.4 Sempre que convocados pela entidade adjudicante, o diretor técnico e o encarregado afetos à prestação de serviços devem comparecer no local indicado na convocatória;

6.1.5 O município poderá impor a substituição do diretor técnico ou do encarregado afetos à prestação de serviços desde que devidamente fundamentada e com prévia notificação ao adjudicatário.

6.1.6 Compete ao Município o controlo e fiscalização dos trabalhos inerentes à prestação de serviços. O pessoal com funções de fiscalização dispõe de livre acesso, no exercício das suas funções, a todas as infraestruturas e equipamentos afetos à prestação.

## **7. PLANO DE HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO**

7.1.1 O plano de higiene e segurança no trabalho é da responsabilidade do prestador de serviços e deverá ser entregue à entidade adjudicante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias seguidos após o início da execução do contrato. Deverá ser mantido atualizado principalmente no que respeita aos recursos humanos e viaturas.

7.1.2 Sempre que se verifiquem trocas de viaturas, de cantoneiros e de motoristas devem ser comunicadas à Entidade adjudicante com a respetiva ficha de saúde e documento único dos veículos.

7.1.3 É obrigatória a entrega da ficha de decibéis e de emissão de gases dos veículos.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA,

## **ANEXO A - Modelo de declaração do cumprimento do disposto no artigo 419.º-A do CCP**

[a que se refere o número 2.2 da Parte I - Cláusula Gerais este Caderno de Encargos]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar a prestação de serviços ... (referencia do procedimento ... e objeto do contrato) com trabalhadores que cumpram com as exigências constantes do artigo 419.º-A do CCP, aplicável pela remissão do n.º 2 do artigo 451.º do CCP.

**8.** - Declara também que, caso o gestor do contrato designado pelo Contraente Público o solicite, apresentará, no prazo de 10 dias, um documento com a identificação dos trabalhadores que afetarà à execução do contrato e respetivo vínculo contratual **ou** cópia dos respetivos contratos de trabalho dos trabalhadores afetos à execução do presente contrato de prestação de serviços.

**9.** - O declarante tem pleno conhecimento das consequências de prestar falsas declarações ou a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, constitui contraordenação muito grave, nos termos da alínea f) do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

.. (local),... (data),... [assinatura].\_



MAPA I - 1ª Fase de Recolha Seletiva porta a porta de Biorresíduos no Município de Estarreja



## Quadro I - Porta a Porta Doméstico

| Nome da Rua                       | Nº de fogos habitacionais - aprox. |
|-----------------------------------|------------------------------------|
| Rua Luís de Camões;               | 102                                |
| Avenida 25 de Abril;              | 103                                |
| Avenida Visconde de Salreu;       | 86                                 |
| Rua Dr.º Alberto Vidal;           | 65                                 |
| Rua Desembargador Correia Teles;  | 94                                 |
| Rua D. Manuel I;                  | 53                                 |
| Rua Dr.º Tomás Oliveira e Silva;  | 12                                 |
| Rua Visconde Valdemouros;         | 62                                 |
| Rua Manuel Lopes Rodrigues;       | 46                                 |
| Rua Padre Donaciano Abreu Freire; | 118                                |
| Rua Padre António Maria Pinho;    | 52                                 |
| Rua Prof. Dr. Egas Moniz;         | 73                                 |
| Rua das Barreiras.                | 29                                 |
| Rua Jornal de Estarreja           | 23                                 |
| Rua de Trás                       | 21                                 |
| Rua da Restauração                | 29                                 |
| Rua Eça de Queiroz                | 14                                 |
| Rua da Fontinha                   | 35                                 |
| Rua Dr. Manuel Barbosa            | 28                                 |
| Rua Dr. António de Abreu Freire   | 15                                 |
| Rua Dr. Guilherme Souto           | 40                                 |
| Rua Dr. Agostinho Leite           | 18                                 |

## Quadro II - Estabelecimentos de restauração, Cantinas e Escolas

| Tipologia                    | Nome do estabelecimnto                    | Morada                                    | código Postal | Coluna5 | Freguesia |
|------------------------------|---|---|---------------|---------|-----------|
| CAFÉS                        | AFINIDADES E OUTROS... - LDA              | RUA CORTE REAL                            | 3860          | 670     | AVANCA    |
| CAFÉS                        | QUIOSQUE DA LEITURA                       | RUA ASSOCIAÇÃO ARTISTICA DE AVANCA        | 3860          | 127     | AVANCA    |
| CAFÉS                        | CAFÉ SANTA ANA                            | LG ÁGUA LEVADA                            | 3860          | 001     | AVANCA    |
| CAFÉS                        | CAFÉ CASA VELHA                           | RUA ARMANDO BRANDÃO                       | 3860          | 000     | AVANCA    |
| RESTAURANTES                 | RESTAURANTE O CHURRASQUINHO               | RUA FALCÃO                                | 3860          | 060     | AVANCA    |
| RESTAURANTES                 | RESTAURANTE TAKE WAY CESAR.COME           | RUA DOUTOR ANTÓNIO ABREU FREIRE - ALDEIA  | 3860          | 021     | AVANCA    |
| PASTELARIAS                  | CONFEITARIA E PASTELARIA FLOR DO TAMEGA 1 | RUA DR EGAS MONIZ                         | 3860          | 000     | AVANCA    |
| PASTELARIAS                  | CONFEITARIA E PASTELARIA FLOR DO TAMEGA 2 | RUA SANTA MARINHA                         | 3860          | 071     | AVANCA    |
| CAFÉS                        | PORQUE NÃO CAFÉ SNACK-BAR                 | RUA DA IGREJA                             | 3860          | 133     | AVANCA    |
| RESTAURANTES                 | RESTAURANTE CARAVELA                      | RUA P`E ANTÓNIO MARIA PINHO               | 3860          | 130     | AVANCA    |
| CANTINAS E REFEITÓRIOS DE EN | CIRES                                     | LUGAR DO SAMOUQUEIRO - AVANCA             | 3861          | 000     | AVANCA    |
| CANTINAS E REFEITÓRIOS DE EN | NESTLÉ PORTUGAL (AVANCA)                  | AVANCA                                    | 3860          | 000     | AVANCA    |
| CAFÉS                        | CASA BASTOS PETISCOS                      | RUA DR. ANTÓNIO DUARTE DE OLIVEIRA        |               |         | AVANCA    |
| CAFÉS                        | CAFÉ CASTIÇO                              | RUA COMENDADOR ADELINO DIAS COSTA         | 3860          | 076     | AVANCA    |
| CAFÉS                        | CAFÉ FONTELA                              | RUA DOUTOR EGAS MONIZ- AREIA DO GONDE     | 3860          | 078     | AVANCA    |
| RESTAURANTES                 | RESTAURANTE O MARINHO                     | RUA JÚLIO NARCISO NEVES - VALADA          | 3860          | 129     | AVANCA    |
| RESTAURANTES                 | RESTAURANTE O TEIMOSO                     | ESTR NACIONAL 109 - VALADA                | 3860          | 000     | AVANCA    |
| ROULOTES                     | ROULOTTE PARK                             | RUA DOUTOR DUARTE DE OLIVEIRA - CARVALHOS | 3860          | 051     | AVANCA    |
| CAFÉS                        | CAFÉ NOVO MILÉNIO                         | RUA QUINTA NOVA                           | 3860          | 035     | AVANCA    |
| CAFÉS                        | CAFÉ CANTINHO DO SOSSEGO                  | RUA DO MATO                               | 3860          | 072     | AVANCA    |
| CAFÉS                        | CAFÉ PICA PEDRA                           | RUA COMENDADOR ADELINO DIAS COSTA         | 3860          | 076     | AVANCA    |
| RESTAURANTES                 | TRIANGULUS BAR                            | RUA SANTA MARINHA                         | 3860          | 672     | AVANCA    |
| CAFÉS                        | PEOPLE BAR                                | LARGO IGREJA                              | 3860          | 133     | AVANCA    |
| CAFÉS                        | ADEGA VINTAGE                             | RUA DOUTOR ANTÓNIO ABREU FREIRE           | 3860          | 021     | AVANCA    |
| CAFÉS                        | CERVEJARIA BAR D. DUARTE                  | RUA SANTA MARINHA                         | 3860          | 071     | AVANCA    |
| CAFÉS                        | CAFÉ PESQUINA                             | LARGO ÁGUA LEVADA                         | 3860          | 001     | AVANCA    |
| RESTAURANTES                 | TABERNA DA MATILDE                        | LARGO IGREJA                              | 3860          | 133     | AVANCA    |
| RESTAURANTES                 | RESTAURANTE HUILA                         | RUA PADRE ANTÓNIO MARIA PINHO, N°120      | 3860          | ✓ 130   | AVANCA    |
| RESTAURANTES                 | RESTAURANTE MOISÉS DOS LEITÕES            | RUA PADRE ANTÓNIO MARIA PINHO, N°101      | 3860          | ✓ 130   | AVANCA    |
| CAFÉS                        | CASA ROCHA                                | RUA AREIA                                 | 3860          | 032     | AVANCA    |
| CAFÉS                        | CAFÉ - O NOSSO CAFÉ                       | RUA NESTLÉ                                | 3860          | 071     | AVANCA    |

|                     |   |  |      |     |         |
|---------------------|---|--|------|-----|---------|
| RESTAURANTES        | CAFÉ ZÉ D'ADÉLIA                          | RUA PORTO BREJO                                | 3860 | 083 | AVANCA  |
| RESTAURANTES        | LA MIRANDEZA                              | RUA DO FALCÃO                                  | 3860 | 060 | AVANCA  |
| RESTAURANTES        | GOURMET DO CAMPO                          | RUA SANTA MARINHA                              | 3860 | 672 | AVANCA  |
| PASTELARIAS         | PADARIA E PASTELARIA FLOR DE AVANCA       | LUGAR DA IGREJA                                | 3860 | 068 | AVANCA  |
| CAFÉS               | PLATEIA MÁGICA                            | LARGO IGREJA                                   | 3860 | 133 | AVANCA  |
| RESTAURANTES        | RESTAURANTE NEGOLA                        | RUA P`E ANTONIO MARIA DE PINHO                 | 3860 | 130 | AVANCA  |
| CAFÉS               | TABERNA DA ZULMIRA                        | RUA DO FALCÃO                                  | 3860 | 060 | AVANCA  |
| CAFÉS               | CAFÉ A NOSSA CASA                         | RUA QUINTA NOVA - AREIA DO GONDE               | 3860 | 035 | AVANCA  |
| CAFETARIAS          | CAFETARIA PISCINA                         | AVª 25 DE ABRIL                                | 3860 | 000 | BEDUÍDO |
| RESTAURANTES        | RESTAURANTE TROPICAL                      | RUA DR. MANUEL LOPES RODRIGUES                 | 3860 | 374 | BEDUÍDO |
| CAFÉS               | CAFÉ SNACK-BAR GIRASSOL                   | RUA SÃO TIAGO                                  | 3860 | 301 | BEDUÍDO |
| CAFÉS               | CAFÉ PING PONG                            | RUA DOM FRANCISCO NUNES TEIXEIRA PÓVOA DE CIMA | 3860 | 289 | BEDUÍDO |
| CAFÉS               | CAFÉ SNACK-BAR O PAI JÁ VAI               | RUA MAJOR FERREIRA                             | 3860 | 261 | BEDUÍDO |
| PASTELARIAS         | PASTELARIA BOLIVAR                        | RUA DR ALBERTO VIDAL                           | 3860 | 368 | BEDUÍDO |
| PENSÕES-ALBERGARIAS | PENSÃO ESTARREJENSE                       | RUA JORNAL ESTARREJA                           | 3860 | 365 | BEDUÍDO |
| PASTELARIAS         | CAFÉ PASTELARIA MIRANDA                   | PRAÇA FRANCISCO BARBOSA                        | 3860 | 356 | BEDUÍDO |
| RESTAURANTES        | PIZZARIA DA AVÓ                           | RUA DESEMBARGADOR CORREIA TELES                | 3860 | 362 | BEDUÍDO |
| CAFÉS               | SAMBA                                     | AVENIDA VISCONDE SALREU                        | 3860 | 201 | BEDUÍDO |
| RESTAURANTES        | CAFE RESTAURANTE CARACAS                  | RUA BOMBEIROS VOLUNTARIOS                      | 3860 | 367 | BEDUÍDO |
| RESTAURANTES        | CAFÉ SNACK BAR RESTAURANTE SÃO FILIPE     | RUA D. FRANCISCO NUNES TEIXEIRA                | 3860 | 289 | BEDUÍDO |
| PASTELARIAS         | PADARIA, PASTELARIA, DOCES PARA TI        | AVENIDA VISCONDE SALREU                        | 3860 | 353 | BEDUÍDO |
| RESTAURANTES        | RESTAURANTE INDIANO - GURI DHABA          | RUA DR MANUEL FERREIRA SILVA Nº62              | 3860 | 210 | BEDUÍDO |
| CAFÉS               | CAFE SNACK BAR COVA FUNDA                 | PRAÇA FRANCISCO BARBOSA                        | 3860 | 000 | BEDUÍDO |
| RESAURANTE          | RESTAURANTE CASTRO                        | RUA DE SANTA BÁRBARA                           | 3860 | 226 | BEDUÍDO |
| HÓTEIS              | HOTEL TULIP IN ESTARREJA                  | URBANIZ QUINTA DA COSTEIRA                     | 3860 | 404 | BEDUÍDO |
| RESTAURANTES        | PENSÃO E RESTAURANTE ANTUÃ                | RUA DR MANUEL FERREIRA DA SILVA                | 3860 | 210 | BEDUÍDO |
| CAFÉS               | MUDOU DE NOME                             | RUA DR EGAS MONIZ                              | 3860 | 378 | BEDUÍDO |
| RESTAURANTES        | RESTAURANTE PIZZARIA A FONTE              | ESTRADA NACIONAL 109                           | 3860 | 210 | BEDUÍDO |
| RESTAURANTES        | RESTAURANTE DON VENDAVAL                  | RUA MANUEL FERREIRA SILVA                      | 3860 | 210 | BEDUÍDO |
| RESTAURANTES        | A TASQUEIRA                               | RUA DOM MANUEL I                               | 3860 | 366 | BEDUÍDO |
| CAFÉS               | SARAMAGO CAFFE BAR                        | PRAÇA FRANCISCO BARBOSA                        | 3860 | 356 | BEDUÍDO |
| PASTELARIAS         | LIRIO SILVESTRE PADARIA E PASTELARIA, LDA | RUA DR EGAS MONIZ                              | 3860 | 378 | BEDUÍDO |
| SNACK-BARES         | CAFÉ SNACK BAR ARAUJO                     | RUA FRANCISCO BARBADO PÓVOA DE CIMA            | 3860 | 290 | BEDUÍDO |
| CAFÉS               | NETCALÁBRIA                               | RUA DESEMBARGADOR CORREIA TELES                | 3860 | 362 | BEDUÍDO |

|                |  |                                  |      |     |         |
|----------------|--|----------------------------------|------|-----|---------|
| BARES          | BAR TOMÁZIA                            | RUA DR. SOUTO ALVES              | 3860 | 376 | BEDUÍDO |
| CAFÉS          | CAFÉ O BATISTA                         | RUA N.SRª DAS FEBRES             | 3860 | 333 | BEDUÍDO |
| CHURRASQUEIRAS | CHURRASCARIA PADRÃO                    | RUA DESEMBARGADOR OLIVEIRA PINTO | 3860 | 363 | BEDUÍDO |
| CAFÉS          | CAFÉ PACIENTE                          | RUA MORGADIO DA PÓVOA            | 3860 | 267 | BEDUÍDO |
| PASTELARIAS    | CAFÉ PADARIA PASTELARIA SOL E MAR      | RUA DA QUINTA VELHA              | 3860 | 299 | BEDUÍDO |
| CAFÉS          | BAR CLUBE DESPORTIVO DE ESTARREJA      | RUA DR TAVARES DA SILVA          | 3860 | 377 | BEDUÍDO |
| CAFÉS          | CAFE CRISTAL                           | PRAÇA FRANCISCO BARBOSA          | 3860 | 356 | BEDUÍDO |
| RESTAURANTES   | RESTAURANTE GALERIA                    | RUA DR. MANUEL ANDRADE           | 3860 | 372 | BEDUÍDO |
| CAFÉS          | CAFÉ AVENIDA                           | AVENIDA VISCONDE SALREU          | 3860 | 353 | BEDUÍDO |
| CAFÉS          | ROTUNDA BAR                            | RUA SANTA BARBARA                | 3860 | 226 | BEDUÍDO |
| CAFÉS          | BAR DA ESTAÇÃO DA CP                   | AVENIDA VISCONDESALREU           | 3860 | 353 | BEDUÍDO |
| CAFÉS          | SALAO DE CHA FENICIA                   | AVª 25 DE ABRIL                  | 3860 | 352 | BEDUÍDO |
| RESTAURANTES   | RESTAURANTE XIXAS                      | PRAÇA FRANCISCO BARBOSA          | 3860 | 356 | BEDUÍDO |
| CAFÉS          | CAFÉ PRIMAVERA                         | RUA DR PEREIRA MELO              | 3860 | 375 | BEDUÍDO |
| PASTELARIAS    | PADARIA PASTELARIA FLOR DO ANTUÃ       | AVª 25 DE ABRIL                  | 3860 | 352 | BEDUÍDO |
| PASTELARIAS    | PADARIA PASTELARIA TRIGO DE OURO       | RUA D. MANUEL I                  | 3860 | 366 | BEDUÍDO |
| CAFÉS          | CAFÉ CHAMINÉ                           | RUA SANTIAIS                     | 3860 | 307 | BEDUÍDO |
| PASTELARIAS    | PADARIA E PASTELARIA CASA PESSOA       | AVENIDA VISCONDE SALREU          | 3860 | 353 | BEDUÍDO |
| ROULOTES       | ROULOTTE DE ROSA PAULA GARRIDO VALENTE | RUA PÓVOA DE BAIXO               | 3860 | 386 | BEDUÍDO |
| RESTAURANTES   | ENTRE TAPAS                            | PRAÇA FRANCISCO BARBOSA          | 3860 | 356 | BEDUÍDO |
| RESTAURANTES   | TELEPIZZA                              | RUA ALMEIDA EÇA                  | 3860 | 335 | BEDUÍDO |
| RESTAURANTES   | CAFÉ DO PARQUE                         | PARQUE MUNICIPAL DO ANTUÃ        | 3860 | 250 | BEDUÍDO |
| RESTAURANTES   | BERB KING                              | RUA DA ARROTINHA                 |      |     | BEDUÍDO |
| RESTAURANTES   | MC DONALDS                             | RUA DR. EGAS MONIZ               |      |     | BEDUÍDO |
| RESTAURANTES   | SOCREST                                | QUINTA DA INDÚSTRIA              | 3860 | 680 | BEDUÍDO |
| CAFÉS          | CAFE BRASILIA                          | PRAÇA FRANCISCO BARBOSA          | 3860 | 356 | BEDUÍDO |
| RESTAURANTES   | COZINHA DA TERRA                       | AVENIDA VISCONDE SALREU          | 3860 | 353 | BEDUÍDO |
| RESTAURANTES   | RESTAURANTE VALSA TROPICAL             | RUA QUINTA DA INDÚSTRIA          | 3860 | 680 | BEDUÍDO |
| SNACK-BARES    | CAFÉ SNACK-BAR DOMINÓ                  | AVENIDA VISCONDE SALREU          | 3860 | 353 | BEDUÍDO |
| CAFÉS          | CAFÉ CRISTAL                           | PRAÇA FRANCISCO BARBOSA          | 3860 | 356 | BEDUÍDO |
| RESTAURANTES   | RESTAURANTE O BARRACÃO                 | RUA DESEMBARGADOR CORREIA TELES  | 3860 | 000 | BEDUÍDO |
| CAFÉS          | BAR H2O                                | RUA DR TAVARES SILVA             | 3860 | 377 | BEDUÍDO |
| CAFÉS          | CAFÉ VENEZUELA                         | RUA DR MANUEL ANDRADE            | 3860 | 372 | BEDUÍDO |
| RESTAURANTES   | ADEGA DO JOÃO                          | RUA EGAS MONIZ                   | 3860 | 378 | BEDUÍDO |

|                     |                                       |   |      |     |          |
|---------------------|---------------------------------------|---|------|-----|----------|
| ROULOTES            | ROULOTE J-COMA                        | RUA FONTINHA  | 3860 | 248 | BEDUÍDO  |
| CAFÉS               | GUSTI                                 | PRAÇA FRANCISCO BARBOSA   | 3860 | 356 | BEDUÍDO  |
| CAFÉS               | CAFE CENTRAL                          | RUA CAMPO DA CRUZ   | 3865 | 006 | CANELAS  |
| RESTAURANTES        | RESTAURANTE ADEGA DO EMIDIO           | RUA DA ALDEIA   | 3865 | 301 | CANELAS  |
| PADARIAS            | PADARIA PASTELARIA CENTRAL DE CANELAS | RUA CAMPO DA CRUZ CAMPO DA CRUZ                                 | 3865 | 006 | CANELAS  |
| CAFÉS               | CAFE ALTITUDE                         | RUA DIREITA   | 3865 | 022 | CANELAS  |
| CAFÉS               | CAFE ISAURA                           | RUA CAMPO DA CRUZ   | 3865 | 006 | CANELAS  |
| ROULOTES            | ROULOTE                               | RUA DO RIBEIRO  | 3865 | 032 | CANELAS  |
| RESTAURANTES        | RESTAURANTE O PORTAL                  | RUA CAMARTEIS   | 3865 | 140 | FERMELÃ  |
| RESTAURANTES        | A TASQUINHA DO LUÍS                   | ESTR NACIONAL 109   | 3865 | 132 | FERMELÃ  |
| CAFÉS               | CAFÉ O ALPENDRE                       | RUA DO SUL  | 3865 | 111 | FERMELÃ  |
| CAFÉS               | CAFE ABREU                            | ESTR NACIONAL 109   | 3865 | 127 | FERMELÃ  |
| PADARIAS            | PADARIA ORQUIDEA 2                    | ESTR NACIONAL 109 - RUA DA ESTRADA                              | 3865 | 127 | FERMELÃ  |
| CAFÉS               | ADEGA REGIONAL                        | LG DR EGAS MONIZ  | 3860 | 345 | PARDILHÓ |
| CAFÉS               | CAFÉ O CANTINHO DO ILHÓ               | LARGO PROFESSOR DOUTOR EGAS MONIZ                               | 3860 | 465 | PARDILHÓ |
| CAFÉS               | CAFÉ SANTO ANTÓNIO                    | RUA MOLICEIROS AGRO   | 3860 | 425 | PARDILHÓ |
| PADARIAS            | PÃO D´ILHÓ                            | RUA MAESTRO HENRIQUES LOPES RAMOS                               | 3860 | 000 | PARDILHÓ |
| PASTELARIAS         | DAVIPÃO                               | RUA MOINHOS CARVALHAL - CHÃO DE FERREIRO                        | 3860 | 446 | PARDILHÓ |
| CAFÉS               | CASA POMBO                            | RUA ANTÓNIO DA SILVA E PINHO                                    | 3860 | 431 | PARDILHÓ |
| PASTELARIAS         | PADARIA PASTELARIA SONHO              | RUA PROFESSOR JOSÉ MARIA GODINHO - AGRO                         | 3860 | 426 | PARDILHÓ |
| CAFÉS               | CAFÉ SNACK BAR SACADA                 | RUA ANTÓNIO DA SILVA E PINHO                                    | 3860 | 431 | PARDILHÓ |
| CAFÉS               | CAFÉ ONDA JOVEM                       | RUA CARIDADE AGRO   | 3860 | 422 | PARDILHÓ |
| CHURRASQUEIRAS      | CHURRASCARIA FORMIGA                  | RUA FORMIGA   | 3860 | 457 | PARDILHÓ |
| CAFÉS               | CAFÉ SANTOS                           | RUA DA IMPRENSA   | 3860 | 496 | PARDILHÓ |
| CAFÉS               | CAFÉ SENHOR DOS AFLITOS               | RUA CANEDO ALÉM   | 3860 | 432 | PARDILHÓ |
| CAFÉS               | CAFÉ SANTO ANTÓNIO                    | RUA DOS MOLIÇEIROS  | 3860 | 425 | PARDILHÓ |
| CAFÉS               | VITÓRIA CAFÉ                          | LARGO PROFESSOR DOUTOR EGAS MONIZ                               | 3860 | 465 | PARDILHÓ |
| RESTAURANTES        | CHURRASCARIA DO MERCADO               | AVENIDA ANTÓNIO JOAQUIM MARIA RESENDE IGREJA                    | 3860 | 464 | PARDILHÓ |
| PASTELARIAS         | CAFETARIA PASTELARIA AVENIDA          | RUA PROFESSOR MIGUEL MARQUES LEMOS - LACEIRAS DE BAIXO          | 3865 | 247 | SALREU   |
| OUTROS RESTAURANTES | ANTUÃ N/S                             | ÁREA DE SERVIÇO DE ANTUÃ, A1, KM 255, APARTADO 72 (SENTIDO N/S) | 3860 | 909 | SALREU   |
| OUTROS RESTAURANTES | ANTUÃ S/N                             | ÁREA DE SERVIÇO DE ANTUÃ, A1, KM 255, APARTADO 72 (SENTIDO S/N) | 3860 | 000 | SALREU   |
| PASTELARIAS         | PASTELARIA AS TRES DELICIAS           | LG DA IGREJA  | 3865 | 246 | SALREU   |
| RESTAURANTES        | RESTAURANTE O VISCONDE                | AVª VISC DE SALREU  | 3865 | 284 | SALREU   |
| SNACK-BARES         | CAFÉ FLAMINGO                         | LARGO 5 DE OUTUBRO - IGREJA                                     | 3865 | 246 | SALREU   |

|  |   |                                       |      |      |          |
|--|---|---------------------------------------|------|------|----------|
| RESTAURANTES   | CASA MATOS RESTAURANTE                  | RUA P`E ANTÓNIO ALMEIDA               | 3865 | 282  | SALREU   |
| CAFÉS  | CAFÉ SNACK BAR BOAVISTA                 | RUA BOAVISTA                          | 3865 | 215  | SALREU   |
| CAFÉS  | CAFÉ O LAGAR                            | LUGAR DE SENHOR DO TERÇO              | 3865 | 278  | SALREU   |
| CASAS DE PASTO                                       | CASA DE PASTO O TELHEIRO                | RUA ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE SALREU     | 3865 | 279  | SALREU   |
| CAFÉS  | SNACK BAR O EDUARDO                     | ESTR NACIONAL 109 - LARGO DA IGREJA   | 3865 | 284  | SALREU   |
| ROULOTES   | ROULOTE BAR - BIO RIA                   | TERMAS DE JESUS PORTO DE BAIXO        | 3865 | 263  | SALREU   |
| PADARIAS   | PADARIA CAMPINOS, LDA                   | LUGAR DE CAMPINOS                     | 3865 | 221  | SALREU   |
| RESTAURANTES   | RESTAURANTE CAFÉ A CABANA               | RUA PE ANTÓNIO DE ALMEIDA             | 3865 | 282  | SALREU   |
| CAFÉS  | CAFE CENTRAL                            | LG DA IGREJA                          | 3865 | 247  | SALREU   |
| CAFÉS  | CAFE SANTA LUZIA                        | TVª SANTA LUZIA                       | 3860 | 617  | VEIROS   |
| CHURRASQUEIRAS                                       | PONTO DE ENCONTRO CAFÉ E CHURRASCARIA   | RUA MIGUEL VALENTE ALMEIDA - PINHEIRO | 3860 | 643  | VEIROS   |
| CAFÉS  | CASA PIRES                              | RUA SÃO GERALDO                       | 3860 | 664  | VEIROS   |
| CAFÉS  | BANDEIRAS CAFE SNACK BAR                | RUA DA IGREJA                         | 3860 | 617  | VEIROS   |
| CAFÉS  | BAR CLUBE CULTURAL DESPORTIVO DE VEIROS | RUA JOÃO AUGUSTO SOUSA FERNANDES      | 3860 | 601  | VEIROS   |
| PADARIAS   | CASA DO PÃO                             | RUA MIGUEL VALENTE ALMEIDA            | 3860 | 643  | VEIROS   |
| Escola Básica das Cabeças                            |   | Rua do Cruzeiro, nº 63                | 3860 | 633  | VEIROS   |
| Agrupamento de Escolas de Pardilhó                   |   | Rua Padre Carrido - Apartado 8        | 3860 | 464  | PARDILHO |
| Escola EB 2/3 Prof. Dr. Egas Moniz                   |   | Rua do Morgado, 110                   | 3860 | 127  | AVANCA   |
| Escola Básica Padre Donaciano de Abreu Freire        |   | Rua da Arrotinha, 14                  | 3860 | 206  | BEDUÍDO  |
| Escola Secundária de Estarreja                       |   | Rua Dr. Jaime Ferreira da Silva, 200  | 3860 | 256  | BEDUÍDO  |
| Escola Básica do Pinheiro                            |   | Rua Miguel Valente Almeida Pinheiro   | 3860 | 643  | VEIROS   |
| Escola Básica Visconde de Salreu                     |   | Rua Allison Campos da Silva           | 3860 | 248  | SALREU   |
| Fundação Benjamim Dias Costa                         |   | R. da Nestlé 45                       | 3860 | _071 | AVANCA   |
| C. Paroquial e Jardim de Infância de Pardilhó        |   | Rua do Salgueiro 3                    | 3860 | 513  | PARDILHO |
| Fundação C. Filipe Figueiredo                        |   | RUA DO PASSAL, 2D                     | 3860 | 302  | BEDUÍDO  |
| Centro Paroquial Santa Marinha                       |   | R. Narciso Neves 83                   | 3860 | _071 | AVANCA   |
| Associação Humanitária de Salreu                     |   | Rua da Associação Humanitária, 8      | 3865 | 283  | SALREU   |
| Centro Social Paroquial S. Miguel de Fermelã         |   | R DO LAMEIRO                          | 3865 | 138  | FERMELÃ  |
| Centro Social da Teixugueira (Creche)                |   | Rua da Misericórdia, n.º 337          | 3860 | 337  | BEDUÍDO  |
| Vida Nova Lar Idosos                                 |   | Rua das Agradas, nº15                 | 3860 | 539  | PARDILHO |
| Lar da Quinta do Resende                             |   | Rua do Salgueiro, 1                   | 3860 | 513  | PARDILHO |
| Unidade de Cuidados Continuados e Lar Dr. Egas Moniz |   | R. Dr. António de Abreu Freire 108    | 3860 | _021 | AVANCA   |
| Residencial Sénior Estrela Confiante                 |   | Rua Travessa Professor Primário nº 4  | 3860 | 260  | BEDUÍDO  |
| Centro Social Paroquial de São Tomé de Canelas       |   | Campo Cruz 46                         | 3865 | _006 | CANELAS  |

|   |  |                            |       |     |         |
|---|--|----------------------------|-------|-----|---------|
| Cercesta                                |  | Rua da Escola do Agro, 5   | 3860  | 358 | BEDUÍDO |
| Santa Casa da Misericórdia de Estarreja |  | Avenida do Hospital, n.º 3 | 38605 | 206 | BEDUÍDO |

## Quadro III - Supermercados, mercearias e Frutarias

| Nomes                                  | Morada                                | Freguesia        |
|--|---------------------------------------|------------------|
| Frutaria - Ludelite                    | Avenida Visconde Salreu               | Beduído e Veiros |
| Frutaria Monte de Cristo (Armazém)     | E.N. 109                              | Beduído e Veiros |
| Lidl                                   | Rua Alexandre Miranda                 | Beduído e Veiros |
| Pingo Doce                             | Travessa Dr. Tavares da Silva         | Beduído e Veiros |
| Continente Bom dia                     | Rua Dr. Joaquim Simões                | Beduído e Veiros |
| Intermaché                             | Rua Desembargador Oliveira Pinto      | Beduído e Veiros |
| Supermercados Couto                    | Rua Desembargador Correia Teles nº188 | Beduído e Veiros |
| Minimercado Salreu Centro              | Rua Pedro Calado                      | Salreu           |
| Minimercado Seixal                     | Largo do Feiro                        | Salreu           |
| Frutaria Torres - Rotunda              | Rua Pedro Calado                      | Salreu           |
| Frutaria Monte de Cristo (Retail Park) | Rua D. Manuel Ferreira da Silva       | Avanca           |
| Frutaria Martina (centro)              | Rua de Santa Marinha                  | Avanca           |
| Frutaria Martina (armazém)             | Rua de Roçomil                        | Avanca           |
| Frutaria Por do Sol (E.N.109)          | Rua Padre António Maria Pinho         | Avanca           |
| Minimercado Mar Cheio                  | Rua de Santa Marinha                  | Avanca           |
| Minimercado do Falcão                  | Rua do Falcão                         | Avanca           |
| Continente Bom dia                     | Rua Associação Artística de Avanca    | Avanca           |
| Cabaz Cheio                            | Rua Cabo da Carreira                  | Pardilhó         |
| Café Isaura - mercearia                | Rua Campo da Cruz                     | Canelas          |
| Patinha & Santos - Minimercado Lda     | Largo da Feliz 2                      | Pardilhó         |
| Frutaria Silva                         | Tv. dos Maios 3                       | Pardilhó         |
| Amador & Amador Lda                    | R. de São Geraldo 56                  | Beduído e Veiros |



## Quadro IV - Cemitérios e floristas

| Nomes                   | Morada                              | Freguesia         |
|-------------------------|-------------------------------------|-------------------|
| Cemitério de Beduído    | Rua da Igreja                       | Beduído e Veiros  |
| Florista A Pétala       | Rua Dr. Alberto Vidal               | Beduído e Veiros  |
| Horto - Hiper rural     | Rua da Quinta Velha nº271           | Beduído e Veiros  |
| Horto - Biosyn - Loja 2 | Perto do centro de inspeções        | Beduído e Veiros  |
| Florista - Ana Maria    | R. Desembargador Correia Teles nº65 | Beduído e Veiros  |
| Cemitério de Salreu     | Rua Pedro Calado                    | Salreu            |
| Cemitério de Avanca     | Rua Dr. António Duarte de Oliveira  | Avanca            |
| Florista Mira Flor      | Rua de Santa Marinha                | Avanca            |
| Florista 4 Estações     | Rua Dr. Egas Moniz                  | Avanca            |
| Viveiros do Litoral     | Rua Júlio Narciso Neves             | Avanca            |
| AgroSentido Lda         | Rua da Valada nº24                  | Avanca            |
| Cemitério de Canelas I  | Rua do Cabeço de Baixo              | Canelas e Fermelã |
| Cemitério de Canelas II | Rua do Cabeço de Cima               | Canelas e Fermelã |
| Agripec                 | E.N.109                             | Canelas e Fermelã |
| Cemitério de Fermelã    | Avenida da Igreja                   | Canelas e Fermelã |
| Cemitério de Pardilhó   | Avenida António Joaquim de Resende  | Pardilhó          |
| Cemitério de Veiros     | Rua de Santo António                | Beduído e Veiros  |

